



**Instituto Universitário de Lisboa**

**Departamento de Sociologia**

**Papel da Comunicação na Construção da Cidadania: Caso da Rádio  
Comunitária Voz de Quelélé na Guiné-Bissau**

Fátima Tchumá Camará

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.

**Orientadora:**

Doutora Rita Maria Espanha Pires Chaves Torrado da Silva  
Professora Auxiliar - ISCTE-IUL

Setembro, 2013

**Papel da Comunicação na Construção da Cidadania: Caso da Rádio  
Comunitária Voz de Quelélé na Guiné-Bissau**

Fátima Tchumá Camará

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.

**Orientadora:**

Doutora Rita Maria Espanha Pires Chaves Torrado da Silva  
Professora Auxiliar - ISCTE-IUL

Setembro, 2013

## **Dedicatórias**

Dedico esse trabalho aos meus filhos, Vassim Genuíno Camará Jandi, Massly Genuíno Camará Jandi e Marvin Genuíno Camará Jandi

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus por me ter dado saúde e possibilitar que pessoas muito próximas estivessem ao meu lado contribuindo de diversas formas, facto que me permitiu desenvolver e finalizar esse trabalho.

Aos meus pais, Ansumane Camará e Aua Baldé que, para mim, são exemplos de luta e persistência frente aos obstáculos que a vida propõe, demonstrando que a realidade pode ser modificada com muita dedicação e esforço frente às oportunidades que se apresentam.

Aos meus queridos filhos, Vassim Genuíno Camará Jandi, Massly Genuíno Camará Jandi e Marvin Genuíno Camará Jandi por me terem compreendido ao longo desta luta difícil, mas gratificante. Vocês são especiais. O meu profundo agradecimento.

Ao meu marido, Rui Jandi, sempre a colocar-me perante desafios e da forma pedagógica como me fez acreditar em mim, estou grata por isso.

Ao meu primo irmão e a esposa, Sido Indjai e a Maria Helena de Brito pelo acolhimento.

De forma particular, gostaria de render uma sincera e justa homenagem a minha irmã, Djenabu Camará vulgo “tia Djé” que para mim era um “anjo de guarda”. Mas, a ironia do destino, não lhe permitiu partilhar comigo este momento especial da minha vida. Glória eterna minha querida mana. Enfim, agradeço do fundo do meu coração os meus irmãos e toda a minha família, amigos que direta ou indiretamente, contribuí na minha caminhada académica.

De forma especial agradeço, a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Doutora Rita Maria Espanha Pires Torrado da Silva pelo ensinamento proporcionado, e forma sabia que tem conduzido a orientação, possibilitando que o trabalho fosse melhorado dia após dia.

Este agradecimento é extensivo aos meus professores por me terem granjeado com as suas sabedorias que certamente vão me ajudar crescer na vida académica e profissional.

A escola da Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE, por ter aceite a minha candidatura. O Governo guineense através do (Ministério da Educação Nacional, Cultura, Juventude e dos Desportos), ao Governo Português através do CAMÕES (Instituto da Cooperação e da Língua- Portugal) por me terem concedido a Bolsa de Estudo, sem a qual seria difícil concretizar os meus objetivos.

Os meus agradecimentos, vão para às pessoas que direta ou indiretamente colaboraram no meu trabalho da pesquisa pela disponibilidade em ceder parte dos seus tempos às entrevistas e ensinamentos.

## **Resumo**

Dentre as ferramentas de promoção do desenvolvimento e de massificação da democracia, as rádios comunitárias afiguram-se, na Guiné-Bissau, como uma peça imprescindível. Em primeiro lugar, porque representam um meio de comunicação efetivo e mais acessível, em geral, junto das comunidades, na medida em que as mesmas são potenciadas por uma forte cultura de oralidade a que não é alheia o facto de uma considerável maioria dos seus membros ainda serem analfabetos. Com efeito, os potenciais ouvintes dessas rádios representam uma maioria esmagadora relativamente aos indivíduos que normalmente possuem acesso às informações pela via da leitura dos jornais ou pela televisão e ainda a internet ou o telemóvel. No entanto, acompanham frequentemente as informações veiculadas pela rádio, o que lhes proporciona conhecimentos não apenas sobre a comunidade em que estão inseridas, mas igualmente sobre o país e o mundo, para além de essas rádios comunitárias funcionarem também como veículo privilegiado do equacionamento crítico dos problemas que afetam as suas vidas, através de um exercício de cidadania que, igualmente, espelha a abordagem das inquietações e das preocupações coletivas, assim como as diferentes propostas para a sua superação. No caso concreto da Rádio Comunitária Voz de Quelélé, ela promove ações de sensibilização e mobilização das populações, a fim de que estas possam aderir às iniciativas de delineamento de estratégias para a melhoria das condições de vida das populações locais e, assim, garantir a sua participação no processo de implementações de ações e atividades conducentes à diminuição da pobreza, à erradicação do analfabetismo, à defesa dos direitos dos cidadãos, à preservação do meio ambiente, ao combate as epidemias como a cólera, o paludismo, etc. Assim, os escopos principais do nosso trabalho atêm-se com a determinação, tanto quanto possível, das interações de apropriação da comunidade do Bairro de Quelélé com a sua rádio comunitária, designadamente, o estabelecimento de critérios de indagação, a todos os níveis da pesquisa, com o objetivo de determinar, tanto quanto possível, o impacto e o alcance da rádio comunitária no Bairro de Quelélé, bem como o seu papel e os níveis de sua apropriação comunitária

**PALAVRAS-CHAVE:** Rádios Comunitárias, Cidadania, Desenvolvimento, Participação, Guiné-Bissau

## **Abstract**

Among the tools to promote the development and spread of democracy, community radios are amongst most important piece of the process in Guinea-Bissau.

Firstly, because they represent a means to effective communication and are more accessible, in general, to communities, to the extent that they are underpinned by a strong culture of orality which is not oblivious to the fact that a significant majority of its members are still illiterate.

Indeed, the potential of these radio listeners represent an overwhelming majority in relation to individuals who normally have access to information via reading the newspapers or on television and even the internet or phone.

Often accompany the information broadcast by radio, which gives them not only information about the community in which they live, but also about the country and the world, in addition these community stations also operate as a privileged means of addressing critical problems that affect the lives of the community, through an exercise of citizenship that also reflect on the collective anxieties and concerns, as well as the various proposals to overcome them.

In the case of Community Radio Voz de Quelélé, it promotes awareness raising and mobilising people, so they can be part of the initiatives to/and design strategies to improve the living conditions of local populations, and thus ensure their participation in the implementations of actions and activities that lead to poverty reduction, eradication of illiteracy, the defense of citizens' rights, the preservation of the environment, combating epidemics such as cholera, malaria, etc..

Thus, the main scopes of our work with a timely determination as much as possible, the interactions of community ownership of the district Quelélé with their community radio, in particular, the establishment of criteria for the inquiry, at all levels of research, in order to determine as far as possible, the impact and reach of community radio in District Quelele as well as their role and their levels of community ownership.

**KEY WORDS:** Community radio, Citizenship, Development, Participation, and Guinea-Bissau

## ÍNDICE

CAPÍTULO. I- INTRODUÇÃO .....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.2. Aspectos Metodológicos .....	3
1.3. Construção da Amostragem.....	4
1.4. Recolha de Dados .....	4
1.5. Objectivos da Pesquisa .....	4
1.6. Delimitação do Tema.....	5
1.7. Contextualização da Problemática.....	7
CAPÍTULO.II- DISCUSSÃO SOBRE A TEMATICA DA COMUNICAÇÃO .....	8
2.1 Contexto Geral da Importância da Comunicação na Sociedade Contemporânea .....	10
2.2. Comunicação e a Cidadania .....	14
2.3. A comunicação no Contexto Africano (porque é a Oralidade é tão Importante neste Contexto-particularmente na Guiné-Bissau) .....	16
CAPÍTULO. III – O DESENVOLVIMENTO DE USO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONTEXTO E QUADRO INSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU.....	20
3.1. Historial da Rádio em Geral e Comunitária em Particular na Guiné-Bissau .....	21
3.2. Causas e Motivações da Proliferação de Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau .....	23
3.3. A Legislação e a Licença de Funcionamento .....	26
3.3.1. Como Sobrevivem as Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau.....	28
3.4. Papel do Conselho Nacional da Comunicação Social .....	30
CAPÍTULO. IV- PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: CASO DE RÁDIO VOZ DE QUELÉLÉ .....	32

4.1. Rádio Voz de Quelélé.....	32
4.2. Elementos Técnicos e Recursos Humanos .....	33
4.3. Financiamento e Gestão.....	35
4.4. Conteúdo, a Grelha de Programação, a Língua de Difusão.....	36
4.5. Interação entre a Rádio e a Comunidade (Comunidade em Geral e a Participação Feminina em Particular) .....	37
4.6. Estratégia da Rádio Voz Quelélé na Construção da Cidadania.....	39
4.7. Impacto da Rádio Quelélé na Comunidade .....	41
4.8. RVQ e a Comunidade de Bairro de Quelélé.....	42
NOTAS FINAIS.....	47
Referências Bibliográficas .....	50
FONTES (Legislação, Documentos Formais, Dissertações, Teses e Sites Consultados).....	53
ANEXOS.....	i
ANEXO I.....	ii
Lista das Rádios ao Nível Nacional .....	ii
ANEXO II.....	v
Rádios Membros da RENARC .....	v
ANEXO III .....	viii
Temática e Programação das Rádios Comunitárias Membros da RENARC .....	viii
Grelha de Programas da Rádio Voz de Quelélé.....	x
ANEXO VI.....	xxiv
Figura 1: Instalação da RVQ.....	xxiv
Figura 2: Parte Lateral da RVQ .....	xxv
Figura 3: Antena da RVQ .....	xxv



Figura 4: Estúdio de RVQ em 1994.....	xxvi
Figura 5: Estúdio de RVQ Actualmente .....	xxvi
Figura 6: Parte de Estúdio de RVQ Atuamente .....	xxvii
Figura 7: Gerador da RCB .....	xxvii
Figura 8: “Djumbai” Autora com Presidente da Assoc. de MBQ .....	xxviii
Figura 9: Instalação de RCB .....	xxviii
Figura 10: Estúdio da RCB Actualmente .....	xxix

## **Abreviaturas**

AD- Ação para o Desenvolvimento

ACEP- Associação para a Cooperação entre os Povos

AMARC- Associação mundial de rádio comunitárias

ARN-TIC- Autoridade Reguladora Nacional Tecnologia de Informação e Comunicação

CRGB- Constituição da República da Guiné-Bissau

CNCS- Conselho Nacional da Comunicação Social

DENARP II-Documento da Estratégia Nacional para Redução da Pobreza

GUINETEL- Rede de Telefone Móvel Público

ILAP2- Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza

INE- Instituto Nacional de Estatísticas

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

INFORMORAC- Iniciativa Nacional de Formação Móvel das Rádios Comunitárias

LI- Lei de Imprensa

ORANGE- Rede de Telefone Móvel Privado

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG- Organização não-Governamental

OMS- Organização Mundial de Saúde

PNUD- Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento

MTN- Rede de Telefone Móvel Privado

MBQ- Moradores de Bairro de Quelélé

PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP- Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

PLAN GUINÉ-BISSAU- Organização não Governamental Internacional que trabalha na Defesa dos Direitos das Crianças

RC- Rádio Comunitária

RDN- Radiodifusão Nacional

RENARC- Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau

RCVQ- Rádio Comunitária Voz de Quelélé

RTGB- Rádio Televisão da Guiné-Bissau

RTP/África- Rádio Televisão Portuguesa para África

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## CAPÍTULO. I- INTRODUÇÃO

### 1. INTRODUÇÃO

*“O surgimento de rádios comunitárias é muitas vezes o resultado de várias experiências repressivas em diferentes comunidades. Por exemplo: por vezes na Europa, Austrália e América do Norte, grupos minoritários tais como indígenas, emigrantes, refugiados ou comunidades negras foram marginalizados pela corrente dominante dos media e passaram a usar a rádio comunitária como um utensílio para realçar os seus direitos e abordar assuntos que dizem respeito aos seus interesses.*

*Manual de Radialistas, 2009:3.*

Na Guiné-Bissau, antes do surgimento das rádios comunitárias, uma grande parte da comunidade era marginalizada pelos meios de comunicação, tanto estatais como privadas, devido a sua fraca cobertura e, por outro lado, mercê do facto de serem órgãos de comunicação essencialmente viradas para os falantes do português, crioulo e algumas línguas locais. Contudo, o surgimento de rádios comunitárias veio colmatar uma grande lacuna que permitiu as comunidades não apenas o acesso aos meios de comunicação como também a sua difusão em línguas locais, consoante a língua falada no bairro ou na aldeia onde se instalou uma estação radiofónica. De igual modo, é possível aferir-se de que as rádios comunitárias, em geral, e a Rádio Comunitária Voz de Quelélé (RVQ), em particular, por mais precárias que sejam (limitados em termos da legislação adequada, como de recursos materiais, financeiros e humanos), têm um impacto imediato na comunidade por priorizar na sua programação os problemas quotidianos da comunidade. E por que razão escolhemos o estudo do caso da RVQ? A sua razão de ser funda-se no facto de a RVQ ser a primeira das experiências de rádios comunitárias a nível da Guiné-Bissau e mesmo dos PALOP, mas também por ter sido e continuar a ser o modelo de experiências radiofónicas bem-sucedidas em que as outras rádios se basearam e se baseiam. Aliás, a RVQ conta, no seu palmarés de sucesso com eficazes ações de prevenção e de combate a cólera em 1994, ao ponto de, no bairro de Quelélé, se ter apenas verificado um óbito, enquanto em todo o país se registaram centenas de mortos. Com efeito, partindo da análise da situação que as comunidades experimentaram e experimentam, este trabalho pretende contribuir para um melhor

entendimento do percurso da rádio comunitária, bem como a sua influência e o valor junto a comunidade a quem se dirige. De uma forma particular, pretende-se fazer um estudo de caso da Rádio Comunitária Voz de Quelélé e averiguar a sua relação com a comunidade beneficiária, seja no processo da socialização dos moradores, mormente, o seu papel e a influência deste instrumento na construção da cidadania, seja relativamente as expectativas dessa comunidade em face dos desafios da globalização, tanto é que essas dinâmicas afiguram-se também como a resultante de profundas mudanças e reformas políticas empreendidas pelo Estado guineense, designadamente, as introduzidas nos últimos 15 anos no sector da comunicação social guineense, pelo que é fundamental ter em linha de conta um público cada vez maior que mais utiliza atualmente as rádios comunitárias, sobretudo as comunidades rurais e as que residem nos locais mais recônditas. Consequentemente, constitui preocupação do presente estudo a determinação, tanto quanto possível, do papel-chave da RVQ na construção da cidadania, através de um esforço de pesquisa que procurará dissecar as relações de causalidade entre a comunidade-alvo com a sua própria rádio, podendo sintetizar-se estas e outras preocupações nas indagações seguintes:

- a)** Será que a RVQ é vista pela comunidade como sendo sua?
- b)** Em que medida é que o seu conteúdo difere da rádio pública e privada em termos da abordagem dos seus problemas?
- c)** Em que medida a RVQ ajuda a comunidade nos seus esforços de desenvolvimento?

## 1.2. Aspetos Metodológicos

Para responder as interrogações e/ou questões levantadas e aferir do resultado da(s) expectativa(s) dessa comunidade, optamos pelo método qualitativo, uma vez que irá permitir-nos avaliar o desempenho de rádio e perceber o valor atribuído a rádio pela comunidade. Por seu turno, o referido método qualitativo é baseado em entrevistas semiestruturadas, as quais incidiram sobre uma amostra significativa de moradores do bairro de Quelélé, tanto os alfabetizados como os não alfabetizados, bem como ainda os jovens, adultos e idosos. Ainda na esteira opcional da metodologia qualitativa, privilegiamos também a utilização de entrevistas com os responsáveis pela gestão da RVQ, nomeadamente: a equipa dirigente e os produtores de programas específicos. Também tivemos em consideração as conversas havidas com pessoas distintas, ou informadores privilegiados, que auscultamos de alguma forma, seja em ações de observação participante, seja em conversas informais.

No processo da execução deste trabalho, consideramos, fundamentalmente, as duas cambiantes de que se reveste o nosso objeto de estudo: a RVQ, em si, e a comunidade em que se insere. Relativamente a RVQ, atenção incidiu sobre:

- a) elementos técnicos e recursos humanos;
- b) financiamento;
- c) gestão e a sobrevivência ( RVQ Verso rádio comunitária de Bafatá no que tange a dinâmica de comité de gestão;
- d) conteúdos, a grelha de programação, a língua de difusão e o público;
- e) interação entre a rádio e a comunidade (comunidade em geral e a participação feminina em particular);
- f) estratégias de comunicação da RVQ;
- g) impacto da RVQ na comunidade;
- h) o papel dos dirigentes, pessoal técnico, pessoal administrativo e comunicadores.

Na alínea c), fizemos também uma comparação em termos da dinâmica de comité de gestão entre a RVQ e a rádio comunitária de Bafatá (RCB), sediada na zona leste do país. A vantagem dessa comparação justifica-se pelo facto da primeira ser gerida com apoio da ONG AD, enquanto a segunda, é gerida pela própria comunidade através de um Comité de Gestão.

### **1.3. Construção da Amostragem**

Optamos por entrevistar 12 indivíduos por forma a atingir uma amostragem a partir da qual será possível medir ou aferir comparativamente as hipóteses do impacto da RVQ no bairro Quelélé. No que tange a comunidade, importa dizer que ela constitui a razão principal da existência da rádio, pois a rádio existe porque existe com e para a comunidade. Assim, toda a visão estratégica a ser concebida pelos promotores das rádios comunitárias deve levar em linha de conta a realidade da comunidade e os seus interesses. É neste sentido que privilegiamos a comunidade de bairro de Quelélé, com base nas entrevistas semiestruturadas exploratórias, e, mediante um guião previamente elaborado, a partir do qual procedemos a entrevistas de um conjunto de nove moradores selecionados do bairro de Quelélé, entre pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, jovens, adolescentes e idosas, dois comunicadores da RVQ e o Secretário Executivo da ONG AD, dinamizadora da RVQ, totalizando, ao todo, doze pessoas.

### **1.4. Recolha de Dados**

Para uma mais completa recolha de informação, optamos pela conjugação de diferentes técnicas de recolha e de tratamento de informação, entre as quais, a associação do método qualitativo ao quantitativo, considerando o resultado destes em análises baseadas em consultas documentais (diversas referências bibliográficas, revistas, jornais, publicações, relatórios, discursos e estudos sectoriais) e, igualmente, num processo profundo de auscultação dos vários atores e intervenientes, tanto os diretamente ligados a RVQ como os que apenas acompanham de algum modo as suas ações e atividades.

### **1.5. Objectivos da Pesquisa**

Estudos sobre o papel das rádios comunitárias, na Guiné-Bissau, e sobre a sua atuação junto das comunidades são poucos<sup>1</sup>. Neste sentido é difícil avaliar as suas intervenções e a forma como desempenham as suas funções. Não existe uma sistematização e avaliação rigorosa do desempenho das rádios comunitárias na Guiné-Bissau. Por outras palavras, não existem

---

<sup>1</sup>\* Destacam os estudos da Patrícia Mota Paula (2006, 2009, 2010)

estudos que, baseando-se em critérios objetivos e mensuráveis, em que nos possamos apoiar para afirmar qual o benefício real ou desvantagens das rádios comunitárias para às populações. Assume-se que a sua atuação (rádio comunitária) é positiva junto das comunidades e daí, talvez, a razão da sua proliferação por toda a Guiné-Bissau.. Deve-se referir, no entanto, que pelo facto de não existir uma regulamentação para as rádios comunitárias a nível da Guiné-Bissau, faz com que “atuem” à margem da sociedade, diminuindo assim a sua visibilidade. A juntar a isso, os fracos recursos técnicos e humanos e financeiro e com o desenvolvimento das novas tecnologias e fundamentalmente com o acesso universalizado que proporcionam aos indivíduos é fundamental que os promotores das rádios comunitárias repensassem uma estratégia para setor.

Nesta Perspetiva o estudo procura:

- 1) identificar e refletir sobre as políticas que as rádios comunitárias na Guiné-Bissau estão a seguir em matéria de renovação dos mecanismos de participação dos seus ouvintes;
- 2) “inventariar” algumas práticas e procedimentos até então vigentes, através das entrevistas para, em interseção com os documentos e relatórios e estudos existentes a propósito, procurando “trazer ao de cima” os aspetos transversais que consubstanciam, não apenas o seu *modus faciendi e o seu modus operandi*, mas que igualmente ressaltem as suas fraquezas e desafios. E, por essa via, “alinhar” os aspetos suscetíveis de lhes conferir maior objetividade na sua gestão organizativa se possível, fornecer pistas para a melhoria dos conteúdos de comunicação e ainda os seus consequentes efeitos e impactos nas comunidades locais;
- 3) avaliar especificamente qual o benefício real para a comunidade de bairro de Quelélé, onde se insere a rádio e, em que medida contribuiu, para uma maior participação cívica dessa comunidade.

## **1.6. Delimitação do Tema**

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, propomo-nos a desenvolver algumas reflexões sobre, o papel e a importância das rádios comunitárias na Guiné-Bissau e sobretudo as facilidades que proporcionam as comunidades dantes marginalizadas no campo da comunicação. O segundo capítulo, é reservado à discussão

teórica e conceitual sobre a temática da comunicação e sobretudo a sua ligação com o exercício da cidadania, que segundo Peruzzo (2004:6) “a importância da comunicação comunitária enquanto meio facilitador do exercício dos direitos e deveres de cidadania é inegável em muitas localidades (...) e por onde ela se efetiva na perspectiva de uma comunicação pública”. Admitimos, porém que a comunicação e sobretudo comunitária pode estimular a construção da cidadania, ao informar os cidadãos os seus direitos e as formas de os exercerem. Talvez, segundo Peruzzo (*Idem*) esta seja a razão da falta de políticas condizentes para o setor em muitos países. No caso da Guiné-Bissau, devido a ausência de uma lei específica para o setor, o alto índice de analfabetismo, a pobreza<sup>2</sup> e a falta de infraestruturas, as rádios comunitárias têm estado ajudar a população a participar ativamente na discussão dos problemas que lhes afetam permitindo desta forma o exercício da cidadania. Por isso, neste capítulo, tentamos perceber como é que as mesmas potenciam um espaço público com maior visibilidade, nas ações dos seus beneficiários diretos que são as comunidades. No terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre o desenvolvimento de usos de meios de comunicação, contexto e quadro institucional da comunicação social na Guiné-Bissau em termos da perspectiva histórica, destacando o papel da Rádio Libertação durante a Luta pela Independência e o desempenho dos media após a independência no regime do partido único até a introdução do multipartidarismo, onde foram feitas alterações legislativas que culminaram com a aprovação de uma nova Constituição em (1996) e a lei de Imprensa de 3 de Outubro de (1991). Ainda neste capítulo, constatamos que, a necessidade e o interesse de se manter informado, impulsionado pela própria dinâmica da comunicação os media públicos não são capazes de responder demandas dessa dinâmica devido às dificuldades acima referidas, que motivaram a proliferação das rádios comunitárias. No que se refere à apreciação de competências das entidades reguladoras, (Governo, Conselho Nacional de Comunicação e Autoridade Reguladora Nacional), concluímos que não há uma articulação entre esses órgão de acordo com os procedimentos legais. No quarto capítulo, será abordado o papel das rádios comunitárias na Guiné-Bissau, com destaque para estudo de caso de rádio Voz de Quelélé, com base numa análise exaustiva, sublinhando alguns aspetos relacionados com o modo de

---

<sup>2</sup> \* 64,7% da população guineense vive com 2. USD/D ou seja numa pobreza absoluta, enquanto que 20,89% vive com 1.USD/D ou seja numa pobreza extrema, ver: ILAP (2010)



organização e de funcionamento, gestão, sobrevivência, considerados pontos de estrangulamento para o seu melhor desempenho, em quase toda a continente<sup>3</sup>.

### **1.7. Contextualização da Problemática**

A Guiné-Bissau, país lusófono com uma superfície de (36.125 km<sup>2</sup>), tendo por capital Bissau é constituída de uma parte continental e outra insular. Esta compreende mais de 80 ilhas e ilhéus. Situada na costa ocidental africana ao sul do Sahara, fazendo fronteira a norte com a República do Senegal e a sul com a República da Guiné.

A sua população, após o último recenseamento, realizado em 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) é estimada em 1,6 milhões de habitantes. Os dados mostram que em média, a nível nacional, 52,2% da população são alfabetizadas. Entretanto, a taxa de alfabetização do sexo masculino é mais elevada (62%) do que no sexo feminino (38%).

A densidade populacional do país é de 29.4 hab/km<sup>2</sup> e a taxa de crescimento médio anual da população é de 2.2%, segundo o censo de INE (2009).

Não obstante a sua exiguidade territorial e a sua delimitação em termos populacionais, a configuração física da Guiné-Bissau aliada à história da sua formação enquanto entidade política, conferiram-lhe uma notável diversidade cultural e étnica, com cerca de trinta etnias, cada uma com língua e matrizes culturais próprias, entre as quais Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos e Papéis, como das mais importantes.

---

<sup>3</sup>\*Ver Alumuku e White (2005:12-13)

## **CAPÍTULO.II- DISCUSSÃO SOBRE A TEMÁTICA DA COMUNICAÇÃO**

O termo comunicar vem do latim “comunicare”, tornar comum. A comunicação começa na família, principalmente com a mãe. Como reza o velho ditado, “a mãe é a nossa primeira e mais intensa comunicadora”. A mãe transmite-nos o idioma e, através dele, os valores de uma cultura. Aquisição da língua materna pela criança reveste-se de uma grande importância para o seu desenvolvimento cognitivo, efetivo e social (Santos 1978:8).

Assim, advogamos que a comunicação constitui um meio necessário e indispensável não só na relação de efetividade, mas sobretudo na própria integração social do indivíduo. O acesso à informação e aos canais de expressão segundo Peruzzo (2002:14) “é um direito de cidadania e faz parte dos direitos da pessoa”. Nesta perspectiva, é pertinente questionarmos: como é que seria a sociedade sem a comunicação? A resposta pode ser dada nos seguintes termos: A vida humana é inconcebível sem a comunicação. O homem é um ser iminente social, nasceu em sociedade e só nela pode viver. E não pode viver sem relacionar com outros homens. Pelo que nesse relacionamento o homem troca ideias, informações, explica o mundo que lhe rodeia, transmite conhecimentos, em suma comunica como sublinhou Morin (1998:33-40), ao afirmar que a comunicação “é informar, transmitir conhecimento, explicação e compreensão”. Se na verdade a resposta é essa, “a comunicação estabelece o indivíduo num sistema de relações mútuas e propostas comuns, capaz de oferecer oportunidades de experiências partilhadas, discurso e pensamento reflexivo como explica Dewey (1925) *apud* Barreiros (2012:7). Ainda para este autor, a sociedade existe em e através de comunicação. Neste sentido, diríamos que a comunicação é o mecanismo pelo qual a sociedade se organiza, graças ao qual as relações humanas existem e se desenvolvem.

Por seu lado, Barreiros (2012: 60), categoriza quatro fases de comunicação:

- a)** o encontro e a permuta desinteressada que possibilitam a realização da dimensão humana de inter-relação com outros sujeitos humanos, em diálogo, reciprocidade e construção de afinidade;
- b)** conhecimento e esclarecimento, sensibilidade e interconhecimento, que viabilizem a afinidade, pertença e integração na vida em sociedade;
- c)** a aproximação da diversidade e da diferença, assim como o desencontro, o confronto e o conflito entre sujeitos, instituições e grupos de interesses;
- d)** a ação instrumental, internacional e estrategicamente orientada para obtenção de dados, resultados ou efeitos.

Todas estas valências remetem-nos para a conceção da comunicação que segundo Mosco (1996) *apud* Barreiros (2012:7) como “um processo social de troca cujo produto é a configuração ou a personificação de uma relação social”. Falar da comunicação é recordar os primeiros processos comunicativos dos nossos ancestrais, em que o homem tem feito o uso de vários meios de comunicação para passar as suas mensagens. Porém, os processos de comunicação segundo Rodrigues (1997:26) são processos ritualizados que atravessam a experiência social, quer individual quer coletiva, em que está em jogo este reconhecimento recíproco. É claro que esse processo tem sido dinâmico ao longo dos tempos dando azo ao surgimento cada vez mais de novas fórmulas sempre na perspectiva de ajudar o cidadão a se interligar mais e desta forma participar mais na vida da sociedade. Essa reciprocidade, demonstra tão quanto importante o ser humano no processo comunicativo. A propósito, Wolton (2004) *apud* Paula (2010:2), lembrou-nos que mais importante na informação e na comunicação, não são as ferramentas, nem os mercados, mas o ser humano, a sociedade e as culturas”. Na verdade, cada povo tem a sua cultura e a sua língua. A língua nasce de uma convenção dos membros de uma sociedade, devendo esses membros conhecer os sinais convencionais para se comunicarem. Importa assim, os sinais convencionais, no contexto africano não podem ser desassociados às línguas locais que são utilizadas nas rádios comunitárias por serem, por excelência, meios de comunicação veicular mais acessível à toda comunidade na qual está inserida à própria rádio. Por isso, Tudesq (2002) “considera a rádio em África como um meio de comunicação para democratização da sociedade e da promoção de identidade cultural”. A Guiné-Bissau, tratando-se de um país com um elevado índice de analfabetismo (52,2%)<sup>4</sup>, com uma crónica falta de energia elétrica, da rede pública e onde a mediocridade dos media é associada ao atraso económico<sup>5</sup>, onde a televisão e a internet estão praticamente reservadas às áreas urbanas, a oralidade, transmissão verbal de conhecimento, assume uma importância capital na passagem de informação e conhecimento de geração em geração. Perante essas vicissitudes, as rádios comunitárias surgem como um meio de comunicação alternativo, assumindo um papel preponderante, pois tira o cidadão do anonimato permitindo-lhe ser um interveniente ativo na discussão dos problemas locais (saúde, agricultura, gestão da floresta, posse da terra, herança, excisão feminina, casamento precoce e forçada etc), dando-lhe mais liberdade de ação e de pensamento na sua afirmação

---

<sup>4</sup> \* As taxas de alfabetização do sexo masculino são mais elevada (62%), do que o sexo feminino (38%) Fonte: Instituto Nacional de Estatística INE (2010), Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza-Relatório Final

<sup>5</sup>\* Os dados, mostram que a nível nacional, as despesas médias per capita por agregado familiar corresponde à 188.550 Fcfa, correspondente á 280 Euros (*Idem*)

enquanto indivíduo/cidadão. Essa participação efetiva que se pede aos cidadãos a partir da ação consciencializadora feita pelas rádios comunitárias é às vezes, no caso vertente da Guiné-Bissau, deficitária devido às carências e dificuldades financeiras que a maioria das rádios comunitárias enfrenta por falta de recursos financeiros. Nessa ordem de ideias, são as ONG que acabam por subvencionar todas as despesas das rádios. Mesmo com isso, não esmorece a dinâmica da própria população beneficiária da ação da rádio, sendo que cada vez mais se vêm estratégias no sentido de afirmação desses pequenos ‘postos geradores de mudança’ comunitária, sempre no sentido de trazer a modernidade à comunidade. Como diz Mattelart (1996:77 ) “a ideia é “fazer evoluir” as atitudes das populações em estado de subdesenvolvimento, quer dizer, de as fazer passar de uma cultura e de uma sociedade dita tradicional a uma cultura e uma sociedade dita moderna”. Um assunto a ser analisado no ponto seguinte dedicado a comunicação na sociedade contemporânea.

## **2.1 Contexto Geral da Importância da Comunicação na Sociedade Contemporânea**

A dinâmica com que flui a comunicação e a informação nas sociedades contemporâneas produz uma nova concepção de liberdade e maior interesse para se manter informado.

Na visão de Cordeiro (2010:22), “esta dinâmica desenvolveu a necessidade de novas competências, criou novas condições para a comunicação mediada (...)”. A rádio tida, por vários atores da era moderna estudiosos dos meios de comunicação consideram-na como sendo o “elo mais fraco”, cuja tendência é migrar para as plataformas digitais que lhe conferem, segundo Cardoso *apud* Bonix (2012: 46) uma “terceira vida” entre os meios de comunicação atuais. A rádio na Internet, segundo Cordeiro (2010: 255), “afasta do conceito tradicional, para assumir a forma de um serviço de música on demand”. Enquanto na visão de Menezes<sup>6</sup> a “rádio só sobrevive com um talento”. As teses dos autores acima referidos focalizam a realidade dos países desenvolvidos onde não se coloca as questões gritantes ligadas ao analfabetismo, extrema pobreza e acesso aos meios modernos de comunicação. Como poderá a identidade cultural africana resistir às novas forças tecnológicas que comportam não só uma cultura, mas sobretudo um novo poder de moldar as mentalidades? E em que condições as culturas africanas podem digerir, assimilar, estas novas tecnologias,

---

<sup>6</sup> \*<http://www.meiosepublicidade.pt/2012/03/joao-paulo-menezes-lanca-livro-sobre-impacto-da-internet-na-radio/numa-entrevista-Agência-Lusa> (Consultado: 11.12.2012)

iniciar assim uma dinâmica da renovação a partir dos seus próprios recursos?. Que futuro para as rádios nesta migração sugerida por Cardoso, Cordeiro e Menezes<sup>7</sup> nos países subdesenvolvidos, onde a Internet continua a ser uma miragem para muita família ou seja reservado apenas no centro? Sem pessimismo, ainda há um longo caminho a percorrer até que, em Africa, se chegue a almejada migração dos meios tradicionais de comunicação para os modernos. Assim, realça-se a necessidade de utilizar e desenvolver a rádio, introduzida há décadas na vida quotidiana do homem africano, por constituir sem dúvida o meio de comunicação mais corrente e mais popular do ponto de vista da sua audiência.

O rápido desenvolvimento da rádio deve-se ao facto de que ela representa uma tecnologia de informação mais adaptada à oralidade tradicional que é regra no continente negro. Utilizando o caso da *RVQ*, bairro periférico de Bissau, a capital da Guiné-Bissau, pretendemos refletir para ver a perspectiva como as rádios comunitárias potenciam um espaço público nos bairros, aglomerados populacionais ou zonas rurais para dar visibilidade nas ações dos moradores na construção da cidadania. Na Guiné-Bissau, o fato da grande maioria da população ser analfabeta, as rádios constituem meios de comunicação mais utilizados para a produção e difusão de programas adequados à realidade socioeconómica e cultural do país. Assim, a língua mais veiculada é o crioulo, falado na quase totalidade do país e o português que é utilizado por um número reduzido de pessoas. Nas comunidades, as rádios utilizam também as línguas locais mais faladas pela população e esmagadora maioria das pessoas são desprovidas de meios para o acesso aos outros meios de comunicação moderna. Assim sendo, importa sublinhar que, “o impacto que os avanços tecnológicos têm vindo a ter na vida das pessoas, e na formação cultural dos seres humanos na sociedade contemporânea, segundo Silverstone (2005:184) “passa muito pela comunicação on-line, permitindo assim novas formas de relação social, novas formas de participação e novas formas de cidadania”. Esta dinâmica passará certamente a exigir novas formas de convocação e de mobilização das pessoas e, com isso, alterará a própria noção de comunicação e do papel de rádio como um meio tradicional de comunicação social. Para Henrique (2004:12), “a visão tradicional dos públicos como unidades funcionais pouco dinâmicas vai cedendo lugar a uma noção de agrupamentos em forma de rede, essencialmente reflexíveis, que precisam ser compreendidos como complexos sistemas de relacionamento. Argumentos um tanto semelhantes têm

---

<sup>7</sup> \* (*Idem*)

Thompson (1998:20-46), segundo os quais “o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado à partilha local comum”. É talvez por esta razão, que Ramonet (1999) firma que os media constituem o “Quarto Poder”. “Esse reconhecimento sociológico segundo autor advém da influência que exercem junto das massas e do poder instituído”. Cada vez mais nota-se uma crescente tomada de consciência dos cidadãos para o exercício pleno dos seus direitos e deveres através dos media. Nesta perspetiva, Marshall McLuhan *apud* Silverstone (2005:15:16), vê a media como extensões do homem (...), que talvez tanto nos incapacitam como nos capacitam, enquanto objetos e sujeitos dos media (...). A existência de um conjunto de meios da comunicação tem por objetivo não só, de informar mas sim, formar e educar o cidadão para a satisfação básica dos seus direitos e da sua participação política na sociedade. Contudo, Henriques (2004:13), defende “uma visão a partir dos públicos (e não dos instrumentos), (...) como forma verdadeiramente interessada na participação ampla e democrática”. Silverstone (2005:17), por isso chama atenção para necessidade de entender a media como um processo e reconhecer que é eternamente social. Isso implica ainda na visão do autor, um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, politicamente económico. Talvez daí a razão, públicos e media constituem segundo Barreiros (2012:91) dois polos reciprocamente interligados. “Se os políticos encontram nos media a forma mais eficaz para chegarem aos cidadãos, os media procuram na política os acontecimentos que interessam às audiências, o que por vezes contraria os interesses dos políticos Canavilhas (*sine anon*)”<sup>8</sup>.

Castells (2004), nota que “as novas interações políticas, modificadas pelo cenário dinâmico da comunicação nas sociedades contemporâneas, alteram as relações de legitimidade política”. Fatos que, segundo Castells, “fazem com que as instituições adequam paulatinamente aos novos formatos e conteúdos necessários à interação com o público”. O autor Silverstone (2004) *apud* Cardoso (2001:1) observa que “o estudo da mediação está no topo da ordem do dia da investigação social, exigindo a compreensão da forma como os processos de comunicação mediada moldam tanto a sociedade como a cultura e também como a mediação molda o sistema dos media”. Porque a questão da comunicação mediada e da mobilização social não “podem ser vistas somente em relação a uma comunicação no âmbito local, talvez

---

<sup>8</sup> \*Disponível em <http://193.136.64.248/~bocc/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf> (Consultado: 12.12.2012)

uma das maiores transformações tenha sido a crescente possibilidade de rápida troca de informações e do encurtamento de espaço”. Com tudo Reis (2006), no seu argumento “concede particular atenção a rádio pelo seu papel de difusão determinadas formas de expressão oral e musical, consideradas emblemáticas pelas comunidades onde as emitem”.

A importância da rádio não pode ser dissociada ao desenvolvimento económico, cultural e social, na perspectiva de uma análise que se deve desenvolver a partir das facilidades deste meio. Mas para melhor compreendermos como é que as rádios comunitárias potenciam o espaço público, devemos antes de mais, compreender as mudanças operadas pela” comunicação mediada”. No caso da Guiné-Bissau, mesmo nas comunidades rurais que dantes careciam dos meios de comunicação, tendo em conta a distância que as separam dos centros urbanos, hoje as rádios comunitárias fazem a ponte entre a cidade e campo, entre a diáspora e as comunidades locais, através de anúncios de reencontro de famílias, aviso do envio de remessas monetárias, comunicados de falecimento, de pedidos de comparência, chegada e saída dos barcos, etc. Barreiros (2010: 23), entende que “os media têm a missão crucial de tornar publicamente disponível, em modo adequado e acessível aos diferentes setores da população, a informação necessária a uma plena avaliação cidadã dos contornos das realidades económicas, sociais, culturais e políticas e das atuações que a configuram”.

Ao nosso ver, a dinâmica que as rádios comunitárias introduziram na vida das comunidades é a mesma que se verifica nas sociedades desenvolvidas através de novas tecnologias. Esse processo é perceptível na medida que os indivíduos são capazes de refletir, discutir problemas dentro do seu espaço, recriar e disseminar o que os torna importantes socialmente tanto ao nível dos acontecimentos (processo de informação) e da participação.

A globalização da comunicação ao nível global espacial, mas também ao nível local, segundo Cardoso (2001:5) ao permitir que diferentes pessoas, dentro da mesma comunidade, possam partilhar assuntos é, provavelmente, a novidade mais importante nas mudanças atuais trazidas pela comunicação no nosso quotidiano.

## 2.2. Comunicação e a Cidadania

A comunicação constitui um dos pilares fundamentais na despertar da consciência e na formação do indivíduo para o exercício pleno da cidadania. Ferramenta através da qual se desenvolve a relação humana, com intuito de colmatar aquela necessidade que as pessoas tinham de se comunicarem e de terem uma visão mais crítica das coisas, não só do ponto de vista negativo como também na democratização do conhecimento e consequente participação. Ao descrevermos o historial do que esteve na génese do surgimento da cidadania, seria uma história longa. Mas o que importa realçar sobre este aspeto é que, o conceito de cidadania como conhecimento hoje, insere-se no contexto do surgimento da modernidade e da estruturação do Estado-Nação. A cidadania esteve e está em permanente construção, é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, garantias individuais e coletivas, e não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado ou do indivíduo. Assim, a construção da cidadania é um processo ligado a construção do próprio Estado-Nação, pois cada Estado tem o seu cidadão com as particularidades que lhe são inerentes, distinguindo-as de outro Estado.

Como Correia (2004: 142), referiu muito bem a este propósito, a citação de Mead, quando afirma que “o homem tem personalidade apenas porque pertence a uma comunidade porque assume as instituições desta comunidade no seu próprio comportamento”, esta ideia prova que cada indivíduo está intimamente ligado ao seu meio social. Os media, particularmente as rádios são instrumentos de informação e formação dos indivíduos inseridos no mundo cheio de contradições, incompreensões e suspeições. Conciliar posições, atitudes e pontos de vistas de seres humanos, é um dos problemas mais delicados, difíceis e importantes com que se confrontam as sociedades, sobretudo aquelas onde ainda não foi consolidada a cidadania.

A comunicação pode contribuir para a resolução de muitas dificuldades que afetam as relações entre indivíduos, resultantes das suas diferenças. Correia (2004: 146), não tem dúvida que “o ideal de cidadania, numa sociedade atravessada por dificuldades e contradições quanto ao modo de pertença, surgia como tentativa de solução para redescoberta ou reformulação dos laços sociais”. Na Guiné-Bissau e de uma maneira geral nos Estados Africanos, a cidadania está numa fase embrionária, embora formalmente já exista. Este facto é justificado tendo em atenção as particularidades dos países Africanos onde as sociedades



estão divididas em grupos étnicos, cada um com o seu dialeto, usos e costumes. Essas particularidades dificultam sobremaneira o funcionamento do Estado que, regra geral, age como uma instituição supra étnica. Neste sentido, a comunicação tem um papel de relevo a desempenhar na mobilização dos indivíduos de forma a contribuir para a construção de uma Nação nesses países, desde que para o efeito tenha uma estratégia que respeite direitos e liberdades dos indivíduos, criando as condições necessárias assentes na igualdade de todos perante a lei e onde todos terão as mesmas oportunidades na sociedade. Por isso, no entendimento de Henriques (2004:28), a cidadania só pode ser exercida, “se a comunicação para a mobilização orientar os indivíduos nos seus espaços de interação, ou mesmo criar ambientes, onde as relações e as interações ocorrerão através de um diálogo livre entre os sujeitos (...)”. Este desafio constitui uma das principais missões não só da sociedade civil, mas sobretudo das rádios comunitárias cuja filosofia assenta numa participação livre e aberta da comunidade dentro do seu espaço. Na Guiné Bissau, ainda há muito por fazer em relação à questão da cidadania devido ao acesso limitado dos cidadãos às diversas fontes de informação, o analfabetismo, a existência de várias etnias, razões que, objetivamente levam a que a abordagem dos meios de comunicação às questões de interesse geral que possam impulsionar a pertença nacional de todos sejam devidamente tratados com máximo cuidado. Por isso, nota Cordeiro (2010:13) uma abordagem ao meio rádio implica um conhecimento aprofundado sobre as características do setor para definir as suas particularidades (...). Os media têm que levar sempre em linha de conta que a Nação está em fase de construção. A esmagadora maioria das pessoas pensa primeiramente no seu grupo étnico e só depois pensa como guineense. Para Henriques (2004:28), “a comunicação deve gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos”. A questão da pertença étnica ainda prevalece na mentalidade de muitos guineenses (população de um milhão e setecentos mil habitantes com mais de trinta etnias). É ainda recorrente, mesmo entre os indivíduos, que a priori deviam estar “libertos” de preconceitos, falarem constantemente de “Tchon di Fulas” território da etnia Fula (muçulmanos); “Tchon di Papel” território da etnia Papel, “Tchon di Mandjacos” território da etnia Manjacas, (animistas), etc.

Estes factos ilustram que existem divisões estanques de territórios por cada grupo étnico, porque historicamente existem localidades que pertencem determinados etnias, mas que face ao processo de desenvolvimento e das transformações sociais ocorridas, nomeadamente no

que tange as migrações internas, os referidos “Tchons” territórios, já não podem ser reclamados por etnias que foram os primeiros a se instalarem nesses territórios.

As reivindicações sobre a pertença dos territórios por parte de uns e de outros com base na história e tradição provocaram sempre conflitos de interesse que obriga as autoridades do Estado a intervirem para diminuí-los. Importa destacar aqui o conflito que resulta no facto de os indivíduos pretenderem resolver os seus problemas em conformidade com as normas do Direito Consuetudinário (conjunto de normas que regulam a vida de uma comunidade étnica que por sua observância geral, constante e uniforme passa a ser considerada obrigatória) em detrimento das normas impostas pelo Estado para regular a conduta das pessoas, uma vez que, gerem os seus assuntos mediante usos e costumes das suas etnias e não de acordo com as normas do Estado. A presença do Estado ainda não é sentida em todo o território nacional, pelo que, existem dificuldades para o próprio Estado dar respostas sobre os múltiplos problemas que afetam às populações. Finalmente, o analfabetismo constitui também uma das razões para a não construção da Nação guineense. Como se sabe, a cidadania é exercida pelos cidadãos. Cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente na vida política da sociedade. Segundo Barreiros (2012:10), o grau de envolvimento dos cidadãos nos assuntos de interesse público constitui um indicador essencial da qualidade de um sistema democrático. Neste sentido, as virtudes da cidadania nos vários modelos que existem<sup>9</sup> na democracia participativa são onde se destaca o cidadão como o elemento fundamental tanto para a definição e prática da democracia.

### **2.3. A comunicação no Contexto Africano (porque é a Oralidade é tão Importante neste Contexto-particularmente na Guiné-Bissau)**

Falar da comunicação no contexto africano é, falar da rádio, sobretudo comunitária e as línguas que utilizam para que as suas mensagens atinjam a população. Os dialetos locais, no caso concreto da Guiné-Bissau e no contexto africano, constituem um instrumento determinante na comunicação utilizado pelas rádios comunitárias e têm desempenhado uma função importante na informação e formação das comunidades. É através deles que a população, que privilegia a oralidade que na definição da Leguy (*sine anon*:1) “permite a

---

<sup>9</sup>\* BYBEE, Carl, ASHLEY Overbeck and Christine Quail, "Teaching Apathy: Kid's News, Consumer Culture and Citizenship" <http://jcomm.uoregon.edu/~cbybee/teachingapathy>

inscrição do ato de comunicação no tecido relacional do grupo e na fundação da vida da comunidade (...)", se sente que está a viver numa sociedade aberta com outros países e povos. É através da informação transmitida por via oral, ou seja em dialetos que as populações que não compreendem as línguas oficiais veiculadas nos órgãos da comunicação social públicos e privados, têm a possibilidade de receber informações e perceber o que está a passar não somente no meio social em que estão inseridos mas também no mundo. Pode-se dizer que esta é uma estratégia adotada pelos autóctones e que segundo Peruzzo (2004:2), permite uma nova forma de relação entre a comunidade rural e a rádio, tendo como base o "reconhecimento da comunidade da importância da rádio como sendo sua e dela protege e dela participa ativamente". As populações, muitas das vezes afastadas dos centros urbanos, não têm acesso a outros meios que existem nas sociedades mais organizadas. Nesta perspectiva, segundo Moreira (2006:13) "a comunicação comunitária (rádio) desempenha uma função fundamental, em particular no contexto africano porque "as pessoas são levadas a ter uma participação na vida da sua comunidade, saem do anonimato e os assuntos são discutidos". Subscrevendo a ideia de Moreira, a análise da comunicação (rádio comunitária) no contexto africano é indissociável à importância e o papel dos dialetos (línguas locais) mais utilizadas nas rádios comunitárias, por isso, será levada a cabo numa perspectiva histórica, tendo em conta a realidade sociocultural de alguns países africanos, neste caso da Guiné-Bissau. Um verdadeiro conhecimento sobre a Guiné-Bissau deve iniciar-se com a análise da sua realidade. A Guiné-Bissau é constituída por diversas formas de organização política, económica, jurídica, demografia e etnia, os quais servem para definir em parte, a organização social do país. A língua materna dos cidadãos da Guiné-Bissau é o crioulo (dialeto de unicidade do país), porém, cada etnia tem a sua própria língua. A etnia Fula, por exemplo, tem a sua língua, a etnia Balanta tem a sua própria língua e assim sucessivamente<sup>10</sup>. "A etnia é um termo que designa uma população frequentemente homogénea, agrupada em função de certos traços socioculturais. Os traços essenciais da etnia são: A autoconsciência étnica (na qual a ideia de comunidade de origem e de destinos históricos desempenha um papel), a língua materna e o território, as particularidades da cultura e do sistema de vida, para certos tipos de etnias, uma forma determinada de organização sócio territorial Gomes (2002:3)".

---

<sup>10</sup> \* Sobre a importância do crioulo (língua franca) e os dialetos na Guiné-Bissau, Ver: SANTOS, Mário (orgs),(1986:10-13)

Na abordagem deste tema, importa destacar a questão da língua materna que é, como já foi referido, um dos traços essenciais da etnia. Ora, um indivíduo de etnia Fula ou Balanta, antes de apreender a falar o crioulo (língua franca) ou o português (língua oficial), apreende primeiramente a falar a sua língua materna. Assim sendo, mesmo depois de ter apreendido a falar o crioulo e/ou o português, o indivíduo pertencente a uma determinada comunidade étnica, concebe as suas ideias primeiramente na sua língua materna, faz tradução dessas ideias em crioulo e só depois expressa as referidas ideias em português. O pensamento segundo Santos (1984:4), não se pode isolar do seu vínculo íntimo com a prática social, surge das necessidades e interesses dos indivíduos (...) em relação ao seu ambiente.

Na Guiné-Bissau, o português é a língua oficial, a língua de ensino, mas ela está longe de ser considerada a única língua veicular. “O crioulo, língua franca é o idioma mais utilizado em todas as rádios. Em alguns casos as emissões em crioulo ocupam 90% do tempo de antena” Kuodaw (2000:105). Veículo primordial de unidade nacional.

Estes fatos ilustram bem a predominância do uso da língua crioula nas rádios comunitárias, permitindo uma maior mobilização e apropriação dos atores locais como também o uso das línguas locais e étnicas em programas específicos (saúde, agricultura, gestão da floresta, posse da terra, herança, excisão feminina, casamento precoce e forçada, etc.). Neste sentido, o trabalho convida-nos a analisar a tese do Habermas sobre a teoria do espaço público, depois tentar perceber quais são as implicações disso no contexto da democracia comunitária. A esfera pública segundo Habermas (1984) *apud*, Lourenço (2012:3) “é a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados. Ainda segundo o autor, nas sociedades modernas, a opinião pública, acaba por funcionar como uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político e setor privado, tendo em conta que a disseminação de informações confiáveis pode contribuir para a formação de uma sociedade forte. A tese de Habermas remete-nos para a ideia de que a opinião pública, só funciona se existir um público envolvido, dinâmico e que participa nas tomadas de decisões.

Não se pretende esgotar aqui qualquer outra discussão, mas efetuar um exercício de compreensão da realidade a partir do estudo da mesma e perceber que os dialetos têm uma grande importância na difusão das mensagens e um papel imprescindível na construção de um Estado moderno que se assenta numa sociedade unida na diversidade dos seus grupos étnicos.

Mesmo não fazendo parte das esferas do poder do Estado, os utilizadores da comunicação oral não deixam de fazer parte da própria sociedade e, por conseguinte, emitem as suas opiniões, mesmo que por via oral, através das rádios comunitárias e desta forma participando no debate dos assuntos públicos, de interesse geral. Assim, as rádios comunitárias, ao proporcionarem o acesso, a produção e difusão das mensagens, através do crioulo e línguas locais, estão a estimular a participação mais ativa e democrática desta comunidade no espaço público. Nesta perspetiva, para um indivíduo não alfabetizado que tem como a língua materna o dialeto da sua etnia e/ou o crioulo, o português é a língua estrangeira devido às dificuldades que tem em assimilar ou apreender-lo. O modo como as rádios comunitárias potenciam o espaço público, Peruzzo (2002:17), permite-nos perceber o modo em dois sentidos: “Primeiro porque são meios mais facilmente ao alcance do povo, se comparados com a grande mídia, e se situam no ambiente em que as pessoas vivem, conhecem a localização e podem se aproximar facilmente”. Indo na linha pensamento de Peruzzo, admitimos que se trata de uma “comunicação de participação, no qual a pessoa dá entrevista na sua própria língua, pede música” (...).

### **CAPÍTULO. III – O DESENVOLVIMENTO DE USO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONTEXTO E QUADRO INSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU**

O desenvolvimento, a dinâmica e a literacia dos meios da comunicação social são essenciais na construção da consciência e da opinião, enquanto instrumento da cidadania ativa. Citando a professora Rita Espanha (2012), numa das suas aulas “é um elemento da nossa luta pelo controlo sobre o simbólico e o material, quer no espaço quer no tempo”. Neste particular, Espanha “elege a televisão como meio mais adequado, partindo de pressuposto de que “vale mais aprender vendo e ouvindo”, facto que nos ajuda na conceção das ideias e na distinção dos conceitos sobre o simbólico e o material. Assim, admitimos que qualquer meio de comunicação<sup>11</sup>, desempenha hoje um papel insubstituível e determinante, como espaço privilegiado de difusão de mensagens, conhecimentos e opiniões. Por isso, Rita Espanha (2012), numa das suas aulas sobre a literacia dos novos media, citando Livingstone (2004), admite que “só o acesso não compõem as literacias dos media, estas são exercidas de acordo com os meios à nossa disposição”. O próprio conceito de globalização está intimamente ligado ao desenvolvimento, acesso e uso dos meios de comunicação e estes não têm limites na sua atuação a não ser os limites legais nos países democráticos. As sociedades modernas são sociedades abertas, de livre informação, onde impera o pluralismo de ideias, o contraditório e o debate aberto. Para perceber estas dinâmicas nas sociedades ditas tradicionais, seria ideal destacar as rádios comunitárias mais massificadas nestas sociedades com múltiplos dialetos, caso da Guiné-Bissau. As rádios, através do uso de línguas locais podem contribuir num debate aberto. É nesta perspetiva que Peruzzo (2004: 6), enalteceu que as rádios comunitárias constituem-se no principal vetor de debate comunitário, baseando toda a atuação no compromisso com a melhoria de condições de existência e de conhecimento dos membros da referida comunidade ou seja na ampliação do exercício dos direitos e deveres de cidadania dos seus membros. Em África, nas sociedades tradicionais, com a Guiné-Bissau incluída, para além da rádio ainda existem meios tradicionais de comunicação entre as pessoas, por exemplo, o “bombolom” (tronco de madeira cavado, que tocado produz sons simbólicos de comunicação). Bastante usado na comunicação entre os animistas da Guiné-Bissau, o

---

<sup>11</sup>\*A imprensa, a televisão, a rádio, a internet, o telefone fixo, o telemóvel, o “bombolom”, o caminho-de-ferro, etc...

“bombolom” é instrumento de comunicação originário da etnia Fulupe<sup>12</sup> e que depois é adotado por outros grupos animistas (papeis, manjacos, mancanhas e balantas) para a comunicação entre os vivos como também para simbolizar a transição da alma da terra para “outro mundo”. Estes meios tradicionais de comunicação, no nosso entendimento são meios adaptáveis a realidade socio cultural e económico das comunidades tradicionais para o seu desenvolvimento. Para o Thompson (2009: 166), a vida cotidiana nas sociedades tradicionais é rotinizada segundo os padrões tradicionais, não havendo necessidade de defender ou justificar estes padrões tradicionais, simplesmente porque, para a maioria dos indivíduos, não há outras alternativas na agenda”, o que acaba por ser diferente da caracterização das sociedades modernas por um grau de flexibilidade e mobilidade.

A necessidade de uma informação no espaço/ tempo e a escala global Freire *apud* Henriques (2004: 51), ao referir o processo educativo: “nem tudo pode ser mudado e nem tudo deve permanecer (...)”. Dos meios de comunicação existentes na Guiné-Bissau, os únicos que conseguem fazer a população “respirar de alívio”, ou seja (meios que permitem satisfazer as necessidades da comunidade em termos de informação) ainda que arcaicos, são o “bombolom”, as rádios, e particularmente as comunitárias, recentemente os telemóveis<sup>13</sup>. Estes instrumentos demonstram que os diferentes meios de comunicação desde os primórdios até aos nossos dias estão a jogar um papel imprescindível enquanto instrumentos da cidadania. Um assunto a ser analisado, pormenorizadamente no ponto dedicado ao historial dos media na Guiné-Bissau.

### **3.1. Historial da Rádio em Geral e Comunitária em Particular na Guiné-Bissau**

Na Guiné a primeira rádio surgiu, durante o período colonial, com a designação da Emissora Oficial da Guiné Portuguesa, em 1944 e foi administrada pelos CTT. Ela dispunha de um emissor de ondas curtas de 1 KW de potência. Entretanto, os primeiros media de massa apareceram durante a luta armada de libertação nacional na Guiné, com a criação em 1960 do jornal libertação e da rádio com o mesmo nome. Iniciou a sua emissão em 1967, servindo-se de meio de mobilização da população para a luta contra o colonialismo português permitindo

---

<sup>12</sup> \*“FELUPES” é uma etnia animista, tendo a maioria habitada na zona Norte da Guiné-Bissau

<sup>13</sup>\*(2009), Marketing Comercial nas Empresas de Telecomunicações em Contexto de Pobreza: O caso da Guiné-Bissau, *apud*, Apontamentos Mediáticos, terceira edição UFAL, BRASIL

ao PAIGC um contato direto com a população. As suas emissões eram ouvidas em todas as regiões da Guiné e nos países limítrofes. A rádio “Libertação”, foi também um fator de aproximação entre os militantes e combatentes, com a qual podiam seguir o desenrolar da luta nas várias frentes na Guiné e em Cabo Verde<sup>14</sup>. Com o reconhecimento da independência pela antiga metrópole em 1974, deu-se por fim o funcionamento da Emissora da Guiné Portuguesa. Assim a rádio “Libertação” criada pelo PAIGC foi transformada em Radiodifusão Nacional (RDN)<sup>15</sup>. No domínio da imprensa escrita, foi criado em 1975, o primeiro jornal denominado “Nô Pintcha”, (“Avante” em tradução livre) iniciando as suas atividades como um trissemanário Koudaw (2000:97). Antes de multipartidarismo, em 1994, só existia no país dois órgãos de comunicação, ambos controlados pelo Governo e, concomitantemente, pelo partido único no poder, o PAIGC. Quer na Radiodifusão Nacional, quer no jornal Nô Pintcha, os jornalistas que não defendiam o poder eram perseguidos (uma vez que não serviam o regime e nem aceitavam cegamente a imposição do regime, donde resultava muitas vezes a sua prisão). Segundo Carvalho (1994: 55), “os profissionais eram escolhidos segundo critérios de militância partidária e de confiança política em detrimento da qualidade profissional”.

Para defender, a ideologia do PAIGC na altura, nenhuma informação era difundida sem antes passar pelo crivo do Diretor-Geral, o que significa que tudo que era contra o poder, na ótica dos homens da nomenclatura, era imediatamente censurado. Ou seja, o povo consumia apenas a informação que o poder selecionava. Um ano depois, em 1995, abriram-se as portas ao surgimento de órgãos de comunicação privados quer da imprensa escrita, quer falada.

Os primeiros a quebrarem o monopólio do Estado foi a imprensa escrita, com o surgimento do jornal “Expresso de Bissau” (semanário privado criado em 1992), seguidos de rádios privadas, designadamente “Rádio Pindjiguiti” e “Rádio Bombolom”, ambas em 1995, fruto de iniciativa de antigos jornalistas afetos à Radiodifusão Nacional. Atualmente ao nível da capital Bissau existem 11 estações de rádio, designadamente: a Radiodifusão Nacional (pública), 8 rádios privadas com a cobertura a nível nacional e 5 comunitárias. Das rádios acima mencionadas, algumas foram criadas pelas ONG, instituições religiosas com exceção da rádio comunitária Voz de Antula nos arredores da capital Bissau promovida pela

---

<sup>14</sup>\*Reflexões sobre a política nacional de informação (1979:14-15)

<sup>15</sup>\* Informações obtidas através de uma conversa informal realizada pela autora, em Janeiro de 2013 á Zeca Marques, técnico de antiga rádio “voz de libertação” e funcionário no ativo na Radiodifusão Nacional



comunidade local. Atualmente existem mais de 30 rádios comunitárias espalhadas por 9 regiões administrativas<sup>16</sup>. Deste número, 28 são membros efetivos da Rede Nacional das Rádios Comunitárias (RENARC)<sup>17</sup>. Após esta pequena contextualização, e as razões acima referidas, revelam claramente as causas e motivações para a criação das rádios comunitárias, um assunto que pela sua pertinência merece a nossa análise devido ao importante papel que essas rádios desempenham na vida das comunidades ao preencherem em muitas situações as lacunas deixadas pelos órgãos públicos que não conseguem dar respostas às múltiplas necessidades da população por falta de materiais e equipamentos.

### **3.2. Causas e Motivações da Proliferação de Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau**

As rádios comunitárias surgiram numa determinada etapa do desenvolvimento socio económico do país, como uma resposta para ajudar as populações a saírem do “isolamento” e a promoção de espaço de debates sobre as grandes questões da vida comunitária. É claro que, não podemos menosprezar alguns avanços e desafios verificados no domínio dos media públicos e privados que têm estado a desempenhar um papel de relevo na informação e formação da população desde a luta armada de libertação nacional até ao presente. No entanto, de ponto de vista da comunicação, parece-nos salutar refletir sobre o papel das rádios comunitárias e suas potencialidades, por estarem mais próximas da comunidade, sobretudo das zonas mais recônditas do país. Após a independência, o país era dirigido pelo PAIGC (Partido africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) que segundo a constituição nº1/91 no seu artº4, que estava em vigor até a introdução do multipartidarismo em 1994, o PAIGC era a força política dirigente da sociedade e do Estado, detentor do poder. Pelo que, o modo de organização e funcionamento das instituições do Estado, incluindo os media, assentava-se na visão estratégica e política do PAIGC. Como referiu Kuodaw (2004: 2010), “as imposições do partido único na altura, em termos do acesso e da diversidade da informação excluía qualquer influência significativa de outros grupos de pressão, quer económicos, quer religiosos”. Os media na Guiné-Bissau e em particular a Radiodifusão Nacional após a independência não são imunes a conjuntura socio económica e política.

Existem muitas dificuldades que condicionam o seu regular funcionamento:

---

<sup>16</sup> \*RENARC (2013), Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau

<sup>17</sup> \* Lista das rádios comunitárias membros da RENARC- II

- 1) grande carência de meios financeiros, materiais e humanos que impedem a cobertura das suas emissões com eficiência em todo o país;
- 2) um deficiente enquadramento orgânico;
- 3) falta de orçamento para o seu funcionamento;
- 4) falta de estímulos para atrair quadros capazes para o setor;
- 5) caducidade de leis;
- 6) insuficiência do pessoal qualificado no setor da comunicação social;
- 7) precárias condições de trabalho;
- 8) falta de energia elétrica;
- 9) concentração de meios de produção de programas na capital.

Estas constatações, refletem uma má orientação política de investimento nos media públicos, que funcionam como um meio de alienação para a propaganda dos detentores do poder político desde a independência. Os sucessivos levantamentos político-militares que o país conheceu ao longo da sua história vieram apenas agravar ainda mais a situação. E porque os media públicos não foram capazes de responder às demandas da população devido as dificuldades acima mencionadas e com carências de meios modernos de comunicação, e/ou seja, o fato de a rádio ter sido na prática concebida para a poluição urbana, foram surgindo outros órgãos de comunicação emergentes, dotados minimamente de materiais e equipamentos ocupando o vazio que os meios de comunicação públicos deixam junto de uma grande maioria da população. Em consequência, verificou-se a proliferação das rádios privadas e comunitárias que atualmente têm uma cobertura de 89% a nível nacional, acesso a internet 0,73%, a rede móvel 70,1% a nível nacional<sup>18</sup>. Os dados revelam que as rádios sobretudo as comunitárias apresentam como um meio importante no desenvolvimento e participação das comunidades, trazendo em debate os assuntos que mais interessam as mesmas. Ao destacar o papel da rádio no contexto guineense e sua potencialidade, é fundamental descrever vários aspetos que inserem o seu perfil, por ser o meio mais massificado devido as questões não só da oralidade mas também:

- 1) do analfabetismo;
- 2) falta de infraestruturas (energia elétrica<sup>19</sup>, estradas, meios de transporte etc.);

---

<sup>18</sup> \* ARN-TIC (2012), Autoridade Reguladora Nacional da Tecnologia de Informação e comunicação

<sup>19</sup> \*Segundo dado do INE (2010), como consequência direta da crise energética que o país vive, a maior parte dos agregados familiares, (65,7%), utiliza a vela como principal fonte de energia para iluminação. A eletricidade/rede pública é utilizada por uma percentagem relativamente baixa (2.5%)

- 3) um meio de baixo custo;
- 4) a sua sustentabilidade não exige muito de uma população, desprovido do poder de compra;
- 5) oferece a possibilidade de uma escuta coletiva através de um único aparelho recetor;
- 6) alcança a todos os membros da comunidade em sua própria língua;
- 7) simples de manejar.

Trazemos o caso de uma simbiose perfeita entre a oralidade e a rádio na massificação da mensagem, citando o exemplo de um conhecido locutor da Rádio Nacional, Aladje Serco Indjai. Vulgo “Aladje Mandjai”<sup>20</sup>, antigo locutor da RDN com o seu programa “TERRA KU SI POVO”, (“A Terra e o seu Povo). A introdução dos meios da comunicação na sociedade guineense, as dinâmicas da sua relação com energia elétrica, capacidade de compra, a questão do analfabetismo e conseqüentemente a consagração da rádio na cultura da oralidade, Mandjai conseguia juntar no seu programa todos esses elementos. Supõe-se que todos os programas da rádio têm como propósito o aumento e a elevação do nível socio cultural dos seus ouvintes. As rádios comunitárias têm um papel extremamente importante na formação da identidade e da cidadania, sobretudo se tomamos em conta a realidade socio cultural da Guiné-Bissau, um país constituído por vários grupos étnicos, cada um com a sua história, território, cultura, etc. Tal como salienta Castells (2003:4), “a construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas pela memória coletiva (...)”. Nesta perspetiva, diríamos que as rádios comunitárias como meio de comunicação de massa, têm-se revelado um instrumento incontornável para a construção de identidade tendo como matéria-prima o fato de o cidadão deixar de ser só um ouvinte e passar a ser interveniente ativo na discussão dos problemas nacionais e locais, libertando-se a si próprio e ganhando gradualmente um estatuto de cidadão. A rádio fortalece o papel de

---

<sup>20</sup> \* **Aladje Malam Cerco Indjai “Mandjai”** (Gêba, 17.07.1924 – 09.03.2005). Foi o primeiro locutor de línguas locais na história da rádio na Guiné-Bissau. Admitido em 1958 na antiga Voz da Província Guiné-Portuguesa, estação emissora que depois de 25 de Abril fundiu-se com a Rádio Voz da Libertação do PAIGC, dando lugar a RDN-RádioDifusão Nacional. Foi locutor da língua Mandinga e ainda coordenador da secção das línguas locais. Criou um dos maiores programas da rádio dedicado a história e cultura da Guiné-Bissau denominado "Terra Ku Si Povo" (a terra e o seu povo). Fonte-Arquivo da RDN

produtor-ouvinte, diz Paula Cordeiro (2012)<sup>21</sup>, que enalteceu que os paradigmas que a rádio enfrenta do ponto de vista académico são os mesmos do ponto de vista profissional. Razão pela qual, segundo esta investigadora, é fundamental debater o meio rádio e, de certa maneira, servir para posicionar a rádio como uma ferramenta de comunicação extremamente importante não só nas sociedades em vias do desenvolvimento como também nas sociedades desenvolvidas. Tendo em conta essa importância, a autora afirma “não acreditar no fim do meio rádio”. No caso concreto da Guiné-Bissau, se estaria longe de algum dia pensar sequer no fim da rádio pois tal seria o fim de várias comunidades como um corpo, na medida em que em certos casos a rádio acaba por servir de único meio de troca de informação, de formação de opinião e ainda de transmissão de mensagens.

### **3.3. A Legislação e a Licença de Funcionamento**

Na Guiné-Bissau, não existe nenhuma lei específica que baliza o funcionamento das rádios comunitárias. O único quadro de referência é a Lei de Imprensa (Lei nº4/91), e promulgada em 1994, que confere aos cidadãos a liberdade de expressão e de opinião, apenas limitada nos termos da lei.

Outros instrumentos legislativos referentes á Imprensa em geral e não específicos das rádios comunitárias, são:

- 1) lei de imprensa;
- 2) lei sobre estatuto de jornalista (Lei nº5/91) de 3 de Outubro;
- 3) lei da criação do Conselho Nacional da Comunicação Social (Lei nº6/91);
- 4) lei de acesso dos partidos políticos aos media do Estado (Lei nº7/91) e televisões<sup>22</sup>.

A Lei de Imprensa plasma a Liberdade de criação dos media, obrigando a sua inscrição prévia e limitando a participação de capital estrangeiro a um máximo de 30%. As condições de registo dos media é estabelecido pelo Decreto nº 39/32. Segunda revisão constitucional, (Lei nº1/93), reserva ao Estado a capacidade de autorizar o estabelecimento de rádios. Em 2011, o

---

<sup>21</sup> \* Numa entrevista que tive acesso através do site <http://www.iscsp.utl.pt/capp/index.php/capp-clipping/media2012/355-temos-radio-com-muita-qualidade-no-nosso-pais-briefingpt-por-paula-cordeiro> (consultado:10.04.2012)

<sup>22</sup>\* Lei de Imprensa de 3 Outubro de 1991

Ministério da Comunicação Social, aprovou 12 pacotes de leis cujo objetivo é a separação do âmbito da atuação de cada órgão com destaque para alguns:

- 1) Imprensa;
- 2) radiodifusão;
- 3) televisão;
- 4) publicidade;
- 5) liberdade de Imprensa;
- 6) lei de Conselho Nacional da Comunicação Social;
- 7) estatuto de jornalista;
- 8) decreto de concessão de alvará para o exercício da radiodifusão;
- 9) direito de antena sobre a réplica política<sup>23</sup>.

As referidas leis, ainda não foram promulgadas pelo presidente da República esclarece Humberto Monteiro Diretor Geral da Comunicação Social. O apoio do Estado às rádios comunitárias é fundamental para o processo de desenvolvimento, tendo em conta o serviço público prestado às comunidades. A justificação do Estado é consubstanciada na ausência de leis que regula o setor. Quem tem essa responsabilidade? Na minha modesta opinião, o governo deve apoiar as rádios comunitárias por uma questão de justiça para com as comunidades tendo em consideração ao seu direito a informação. Apesar do vazio legal existente, no campo dos media na Guiné-Bissau, a instalação de uma rádio comunitária não é um processo moroso. Nota-se uma falta de articulação entre a Direção-Geral da Comunicação Social (que autoriza a emissão da licença provisória) e o Conselho Nacional de Comunicação Social no processo de concessão de licença para a entrada em funcionamento de uma rádio. Existe a ARN-TIC (Autoridade Reguladora Nacional- Tecnologia de Informação e Comunicação), instituição que concede a frequência de emissão cuja potência varia dos 100 à 350 W, para um período de cinco anos, enquanto a Direção-Geral da Comunicação Social não determina o período de validade da licença provisória que autoriza.

Ao nosso ver esta ‘nuance’ pode ser um pretexto para o Estado, quando entender, ordenar encerramento de uma rádio alegando a violação de leis mesmo tendo os documentos exigidos:

- 1) projeto completo elaborado por um técnico;

---

<sup>23</sup>\*Ministério da Comunicação Social (2011), Documentos aprovado pela Assembleia Nacional Popular na 4ª sessão de 8ª Legislatura

- 2) descrição e localização dos estúdios;
- 3) tipo de rádio (local, regional, nacional);
- 4) memória descritiva e justificativa da instalação, incluindo as características técnicas dos equipamentos;
- 5) esquema pormenorizada da instalação, incluindo emissor, antena, estúdios, equipamentos, acessórios e suas ligações;
- 6) altura da antena;
- 7) sistema radiante-ganho e diagramas de radiação;
- 8) estudo da cobertura radioelétrica pretendido;
- 9) estatuto editorial;
- 10) certificado do registo criminal do diretor;
- 11) origem de financiamento<sup>24</sup>.

### **3.3.1. Como Sobrevivem as Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau**

Por serem órgãos de comunicação sem fins lucrativos, as rádios comunitárias têm grandes dificuldades de sobrevivência e sobretudo no pagamento semestral da licença de funcionamento no valor de 47.000 francos cfa, por semestre, (cerca de 65 Euros), fixado pela Autoridade Reguladora Nacional-Tecnologias de Informação e Comunicação. Acresce dizer que na abertura de uma rádio comunitária, o proprietário paga à Direção-Geral da Comunicação Social a importância de 300.000,00 (cerca de 525 Euros) e 700.000,00 (1.050 Euros) à ARN-TIC para atribuição de frequências.

Com a imposição de pagamento semestral dos tais 65 Euros, das mais de 30 rádios comunitárias que existem no país, apenas a rádio comunitária de Bafatá no leste da Guiné-Bissau, dispõe do projetado aprovado para obtenção da licença definitiva, enquanto 8 rádios comunitárias já não estão emitir devido falta de verbas para assegurar o referido pagamento, assim como a falta de equipamento (emissor)<sup>25</sup>. Neste caso, a participação efetiva é uma visão otimista e não realista, pois no caso da Guiné-Bissau, embora, se reconhece uma participação mais ativa das comunidades, a gestão e governação dessas rádios são da tutela ou

---

<sup>24</sup> \*Direção Geral da Comunicação Social (1990), Requisitos para obtenção de licença provisório para exercício de radiodifusão

<sup>25</sup>\* RENARC-Rede Nacional das rádios comunitárias (2013)

subvencionadas na sua maioria parte por organizações não-governamentais enquanto organizações de enquadramento. Justamente segundo Talata Baldé coordenador da Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC-GB), 15 rádios comunitárias foram criadas pelas ONG, 13 através da iniciativa da população local, que também acabam por ser apoiadas pelas ONG. Sete (07) dessas rádios dispõem de instalações próprias, 15 funcionam nas sedes das ONG que as criaram e 6 em instalações alugadas.

Uma das responsabilidades do Estado democrático, é criar as condições para o acesso aos meios de comunicação, a promoção da liberdade de imprensa e conseqüentemente a liberdade de expressão e da opinião<sup>26</sup>. Se assim é, a cidadania só pode valer em todos os aspetos, se olharmos a comunicação como fator para o desenvolvimento.

“O desenvolvimento aqui é entendido como sendo um amplo processo participativo da mudança social numa determinada sociedade, que resulta em avanços socioeconómicos e culturais”. No caso da Guiné-Bissau, tendo a génese das rádios comunitárias, são na maioria financiadas pelas ONG com base na gestão das associações locais bem organizadas, cuja sustentabilidade dependente das fracas receitas e contratos pontuais com diferentes parceiros nomeadamente PNUD, PLAN, OMS, UNICEF e também das cotizações feitas nas comunidades onde estão inseridas. As rádios comunitárias, no exercício das suas atividades, têm vindo a celebrar acordos com estas organizações. Assim, a UNICEF em 2012 celebrou acordos com 23 rádios comunitárias do interior do país, comprometendo-se as rádios em divulgar as atividades daquela agência da ONU em prol das populações mormente das crianças. Em contrapartida os comunicadores recebem formação da UNICEF, equipamentos diversos e uma soma em dinheiro no valor de 472.50 xof trimestral, correspondente à 705 Euros. Nesta parceria, algumas rádios comunitárias não foram abrangidas por não possuírem estatutos e a licença de funcionamento”, explica Venício de Carvalho, responsável para a comunicação da UNICEF-Bissau. Por outro lado, as rádios comunitárias existentes no interior do país acabam por ficar penalizadas pelo fato de estarem em zonas de fraca atividade económica/comercial, mas também sem instituições que lhes possam proporcionar parcerias a partir das quais poderiam tirar dividendos financeiros, através de cedências de espaços de antena ou publicidade. Esta situação em concreto não se coloca à RVQ, contudo, ela não é também abrangida pelo acordo existente entre a UNICEF e as demais rádios comunitárias do

---

<sup>26</sup> Artigo 51º da Constituição da Republica da Guiné-Bissau (1996)

país por se situar justamente na capital, ou seja, o acordo UNICEF/rádios comunitárias só vigora com as estações do interior.

A sobrevivência das rádios comunitárias está intimamente ligada às condições em que foram criadas. Das mais de 30 rádios comunitárias que o país dispõe, 5 foram criadas pela iniciativa da ONG AD que as apoiam no pagamento semestral de licença provisória de funcionamento e na formação pontual dos seus técnicos. Existem 4 rádios de cariz religioso, nomeadamente, a Radio “Sol Mansi” com o apoio de Diocese de Bissau, a rádio Nossa, patrocinada pela igreja Universal, a rádio Luz, emissora Evangélica, a rádio sensibilização, apoiada pela associação de apelo islâmico (ASSI). As restantes rádios têm o apoio de ONG, promotores locais ou organizações internacionais.

### **3.4. Papel do Conselho Nacional da Comunicação Social**

A criação deste órgão do Estado tem como propósito<sup>27</sup>, assegurar o exercício do direito à informação; zelar pela independência dos órgãos de Comunicação Social perante os poderes político e económico; contribuir para garantir a independência e o pluralismo de cada órgão de Comunicação Social do Estado; salvaguardar a possibilidade de expressão e confronto através dos meios de informação, das diversas correntes de opinião e providenciar pela isenção, rigor e objetividade da informação, (...).

As atribuições do CNCS, a nosso ver não passam de mera decoração porque desde a sua criação pela ANP (Assembleia Nacional popular, Parlamento), no início dos anos 90 aquando da abertura do país ao multipartidarismo, ao que nos parece, nunca recebeu do Governo os documentos de pedidos de licenciamento e de concessão de alvarás de canais privados de Radiodifusão. Por consequência, o CNCS por força legal dos seus estatutos (Lei nº6/91 de 3 de Outubro) é o único órgão competente para emitir parecer prévio à decisão de licenciamento pelo Governo, fundamentando as candidaturas à atribuição de alvará para o exercício da atividade da Radiodifusão a apresentar ao Governo<sup>28</sup>. A Autoridade Reguladora Nacional, Tecnologias de Informação e Comunicação ARN-TIC<sup>29</sup>, tem como missão entre outras, a

---

<sup>27</sup>\* Lei nº 6/91 de 3 de Outubro no seu art 3º

<sup>28</sup>\* Art 4º as alíneas f) e g) dos seus estatutos

<sup>29</sup>\* Lei de base-TIC nº3 do art 107 da Lei nº5/2010



fiscalização radioelétrica das estações e estúdios de Radiodifusão sonora; proceder a uma análise comparativa dos dados técnicos constatados na instalação de equipamento das estações e estudos com os que constam das respetivas licenças e/ou autorizações atribuídas pela ARN-TIC. “Este seguimento não tem tido sucesso devido à falta de meios materiais e logístico” explica Pedrinho Sá técnico da ARN-TIC.

Em relação as competências, todas estão bem definidas com base nos estatutos de cada um dos dois órgãos criados pelo Governo. A grande questão reside na articulação. Quando se fala da articulação, significa dizer que, as diferentes instâncias (Governo, CNCS e ARN-TIC), deveriam agir em conformidade, cada um no seu nível restrito de fiscalização ou seja de competências. A falta de articulação tem o seu reflexo na organização da classe jornalística guineense. “Há décadas que continuamos a gerir uma classe em que a figura do jornalista é frequentemente usurpada, confundida e descaraterizada de forma negativa, devido à contínua ausência de uma peça de identidade profissional legal, ou seja de uma Carteira Profissional, pondo em causa o bom nome de quem é de facto jornalista, para além de criar diversas situações de confusão e conflitualidade na esfera de acesso às fontes de informação” reconheceu Ricardo Semedo, vice presidente do Conselho Nacional da Comunicação Social.

## **CAPÍTULO. IV- PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: CASO DE RÁDIO VOZ DE QUELÉLÉ**

### **4.1. Rádio Voz de Quelélé**

Quelélé é um dos bairros mais populosos de Bissau, com 17.518 habitantes, sendo 8.810 masculino e 8708 feminino<sup>30</sup>, mais de 14 etnias guineenses e as comunidades Senegalesa, Maliana, Maurítânia, Liberiana e Nigeriana. Ou seja há uma grande diversidade cultural no bairro. Essa diversidade deu ao bairro uma nova dinâmica mas também traz sérios problemas em termos de segurança ao bairro. Com a instalação da rádio, algumas situações mudaram, tendo os jovens do bairro se assumido como sendo os guardiões, os vigilantes do bairro contra os malfeitores. Mesmo sendo uma rádio comunitária, a primeira na Guiné-Bissau, a Voz de Quelélé também dá voz às outras comunidades emigradas residentes no bairro, dando espaço de antena para que falem dos seus problemas, das suas aspirações e das suas culturas na rádio. Em suma, a RVQ é uma rádio em que são as próprias pessoas, os habitantes, os ouvintes é que exprimem os seus interesses, as suas dúvidas, o que ambicionam para o bairro e ainda mandam tocar as suas músicas. O exemplo da importância da RVQ os habitantes daquele bairro da capital da Guiné-Bissau é o paradigma de quase todos os países da África.

Pode-se dizer que a rádio mudou a vida dos habitantes de Quelélé porque encurtou as distâncias, reduziu o tempo de espera e deu dinâmica às atividades do bairro. É assim em Quelélé é também assim em quase todos os países da África sobretudo da África a sul do Sahara. “Nos anos 80, existiam um pouco mais de 20 rádios comunitárias em todo continente africano”. Mas, devido a dinâmica com que flui a comunicação e a necessidade de as populações se manterem informadas mudou de que maneira essa tendência. Por exemplo no caso específico de Quelélé, contaram os moradores, antes para a concentração das pessoas para uma reunião ou trabalho no bairro era preciso recorrer aos megafones de casa em casa ou passar mensagens na mesquita indicando o local de concentração. Mas, com a criação da rádio tudo isso mudou, bastando para o efeito anunciar na rádio. A RVQ cuja frequência é 104.8, com o nome do próprio bairro, surgiu em 1994. Embora dinamizada pela ONG AD - Ação para o Desenvolvimento uma, Organização Não Governamental que atua no bairro em apoio à comunidade. A ideia da criação da rádio surgiu de uma forma inacreditável (num

---

<sup>30</sup> \*Dados de Instituto Nacional de Estatística (2009)

quarto), tendo em conta a sua atual dimensão tanto no campo da comunicação assim como na aproximação da comunidade. O surgimento da RVQ foi, na altura, considerado segundo Carlos Shwartz<sup>31</sup>, uma iniciativa que representa um desafio ao poder personificado pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde). A marcação das primeiras eleições multipartidárias para 1994, de segundo Shtwartz agravou ainda mais o medo do PAIGC para com a RVQ que era vista como uma ameaça à sua perpetuação no poder. É neste cenário que a 25 de Março de 1994, o Ministério dos Transportes e Comunicações, através de uma circular ordena o enceramento da rádio. Essa perseguição política conduziu a rádio a frequentes mudanças de local de emissão no bairro. “A iniciativa traduziu-se num instrumento importante da comunicação local e rural, a voz das preocupações e interesses das comunidades marginalizadas, num país onde a rede de comunicações telefónicas, internet, TV, jornais, ainda tem as suas limitações, os preços dos serviços praticados nos órgãos da comunicação públicos e privados são elevados em comparação com as rádios comunitária”<sup>32</sup>. Uma rádio comunitária fala do assunto que o ouvinte viveu à meia hora atrás ou ontem. É o que acontece com a RVQ onde o ouvinte, o habitante do bairro está mais interessado em saber dos assuntos que lhe tocam diretamente no bairro de que conhecer histórias de outros bairros, zonas, localidades ou até mesmo do país.

#### **4.2. Elementos Técnicos e Recursos Humanos**

A falta de experiência e de referência para diferentes opções na instalação de emissores, faz com que cada promotor de uma rádio comunitária opte por critério próprio o que acaba por não favorecer a uniformização, dando resultados que não ajudam no intercâmbio entre as rádios ou porque não tem os mesmos equipamentos ou os mesmos métodos e critérios na elaboração de conteúdos. Assim, segundo Peruzzo (2004:10), é recomendável que a rádio comunitária formule seus objetivos e tenha uma visão clara e expressa de sua missão para que possam ser constantemente lembrados. Recentemente começam a surgir, organizações especializadas a recomendarem, através de sessões de formação certos tipos de emissores

---

<sup>31</sup> \* **Carlos Shwarz** "Pepito". Licenciado em Agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa (1974). Fundou em 1992 a ONG Bissau-Guineense AD (Acção para o Desenvolvimento), da qual é director, cujo grande desafio é o do criar condições para os agricultores, pescadores e horticultoras, assumirem um maior protagonismo na condução dos seus programas de desenvolvimento. A AD foi a precursora das rádios e televisão comunitárias na Guiné-Bissau.

<sup>32</sup> \* <http://www.adbissau.org/> (Consultado: 09 de Julho 2012)

adaptados às condições climáticas do país. (temperatura, humidade e pó) explica Talata Baldé coordenador na RENARC. Para diminuir o impacto de avarias por razões evocadas, os promotores de 3 rádios comunitárias (Forréa no Sul do país, Techéti Binhim e Antula Bono na Capital, Bissau) tomaram a iniciativa de construir eles próprios os seus emissores adaptáveis à realidade local. O que se verifica na realidade é que muitas das iniciativas de edificação de rádios comunitárias não levam em linha de conta o “*apport*” que a rádio poderá trazer para o desenvolvimento comunitário. Conhecer as necessidades da comunidade, pode facilitar no desenvolvimento, isto é, na ideia de que o “desenvolvimento local tem de pensar na sua contribuição para a recriação da comunidade, ou seja pensar a comunidade como projeto a construir (...)” Correia e Caramelo (2001:89). A esmagadora maioria de pessoas que trabalham nas rádios comunitárias são jovens estudantes. Mesmo não ganhando algum valor remuneratório, esses jovens ao entrarem para a rádio passam a gozar de um estatuto social mais elevado, são reconhecidos pela comunidade como prestadores de serviço público, adquirem uma maior capacidade de expressão e intervenção na sociedade conquistando assim um valor muito importante: “A autoestima enalteceu Ladislau Robalo Secretário executivo da ONG INFORMORAC” (centro de formação e equipamento de rádios comunitárias).

Barreiros (2012:65), sustenta por isso que os media foram edificados como instituições cruciais da modernidade, contribuindo de forma decisiva para o modo como indivíduos, grupos e organizações aprendem as realidades de que participam, estabelecem os sentido do mundo que habitam (...), constroem a identidade e pertença (...).

A capacitação e superação destes comunicadores têm sido um dos fatores de estrangulamento da evolução destas rádios, onde o voluntariado e a experiência acumulada no dia-a-dia acabam por substituir a falta de uma formação especializada dos mesmos.”Numerosas rádios locais morreram ou estão moribundas por não terem compreendido que a rádio é um instrumento, e que é necessário aprender a servir-se dele”<sup>33</sup>. “A fim de preencher a lacuna no domínio da formação a RENARC tem promovido regularmente ações de formação e de reciclagem com vista a dotar os comunicadores de conhecimentos nos domínios de produção de programas, técnicas de instalações de emissores e antenas, manutenção de equipamentos e pequenas reparações explica Tal ata Baldé coordenador da RENARC ”. Segundo relatos dos técnicos da *RVQ* nos últimos anos a maior parte das avarias das rádios comunitárias foi

---

<sup>33</sup> \* Ver: Manual dos Radialistas (2009:38)

resolvida pelos próprios, evitando assim a interrupção das suas emissões por vários meses, como acontecia anteriormente.

### **4.3. Financiamento e Gestão**

A introdução do multipartidarismo na Guiné-Bissau teve como uma das consequências imediatas a proliferação das rádios comunitárias em todo o território nacional.

A maioria das rádios comunitárias é apoiada pelas ONG. Com base no voluntariado, as rádios comunitárias funcionam também a partir da participação das comunidades, no entanto, se tem queixado de uma gritante falta de isenções de taxas de importação dos equipamentos entre outras. Estas dificuldades são sentidas em quase todas as rádios comunitárias existentes na Guiné-Bissau, o que acaba por refletir na gestão das mesmas. Tomamos aqui como um exemplo, a RVQ cujo modo de gestão é assegurado por um conselho de administração. O nº1 do artigo 5º do regulamento transitório da RVQ reza que este órgão é responsável pela gestão da estação. Os seus membros são eleitos numa Assembleia-Geral com o mandato de 6 anos. O nº1 do mesmo artigo estabelece que, o chefe da estação, deve ser uma pessoa com uma certa experiência e competência no setor da Rádio Difusão Comunitária e deve ser eleita na primeira reunião do Conselho de Administração, entre os seus membros, ou pode ser recrutado através de um concurso público, se for este último caso, o chefe de estação não será membro deste órgão, mas terá direito a participar nas suas reuniões como técnico<sup>34</sup>. Assim sendo, na RVQ a gestão é assegurada por um conselho de administração eleito em Assembleia-Geral de moradores por um período de seis anos. No caso da rádio comunitária de Bafatá (leste da Guiné-Bissau tendo como principal atividade económica agricultura e comercio), pertencente a Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Bafatá, ela é gerida por um comité de gestão que é eleita de três em três anos em Assembleia-Geral da Associação. A RCB por exemplo organiza de três em três anos, eleições para a escolha dos órgãos sociais da Associação. Os sócios pagam mensalmente as quotas e estão representados nos órgãos deliberativos da Associação representando todos os setores que compõem a região de Bafatá. Uma situação que já não se verifica na Associação de moradores de Quelélé, dona formal da rádio. Acresce dizer, sem ambiguidades em virtude das constatações feitas que a

---

<sup>34</sup>\* Ver Regulamentos Interno Transitório da RVQ (2004:4)

não observância das normas estatutárias tem impedido o normal funcionamento do comité de gestão da RVQ, situação que faz com que a rádio não atinja cabalmente o objetivo almejado.

#### **4.4. Conteúdo, a Grelha de Programação, a Língua de Difusão**

O conteúdo, a grelha de programação e a língua de difusão nas rádios comunitárias correspondem à expectativa da comunidade na visão da Rede Nacional das Rádios Comunitárias. Ainda para esta organização, que congrega a maioria parte das rádios comunitárias, as comunidades participam diretamente na gestão da rádio, dando as suas ideias e aspirações na elaboração de conteúdos de programas. Nas nossas análises, com base no trabalho de campo, admitimos que a percepção e/ou a visão da RENARC é um visão otimista e não realista, porque no caso da Guiné-Bissau, a rádio comunitária mesmo criada pela iniciativa da comunidade acaba por ter “cunho” financeiro das ONG que em alguns casos acabam por limitar a apropriação da mesma pela comunidade.

“A rádio comunitária pode desempenhar um papel vital no desenvolvimento e democratização, através da possibilidade que dá às as comunidades de fazerem ouvir as suas próprias experiências e de examinar, de forma crítica assuntos que afetam as sua vidas (...)”<sup>35</sup>. Peruzzo (2004: 6), lembrou-nos que, todo o desenvolvimento só faz sentido se estiver ao serviço de cada pessoa e da coletividade como um todo, sempre baseado na participação ativa dos cidadãos. Face ao papel que cabe à rádio comunitária e perante os desafios que se lhe colocam os seus profissionais devem ter uma boa preparação ético-profissional e uma metodologia de trabalho adequado à realidade geográfica onde estão inseridos com vista a atingir as expectativas dos “sem voz”<sup>36</sup>. Daí que, notou Paula Cordeiro (2010: 183), a natureza e a especificidade da rádio implica abordagem própria que estruture (...) as estratégias. Na sua larga maioria, as rádios comunitárias, não apresentam noticiários formais, limitando-se algumas a retransmitir os dois principais blocos noticiosos da rádio Nacional ou alguns blocos noticiosos das rádios comerciais sediadas em Bissau e estrangeiras como RDP África, RFI,

---

<sup>35</sup> \* Ver. Manual dos Radialistas (2009:11)

<sup>36</sup> \* Peruzzo (1999:10) caracteriza uma rádio, propriamente, comunitária em cinco aspetos:

a) sem fins lucrativos; b) é produto da comunidade sob o ponto de vista da programação; c) favorece uma programação interativa com a participação direta da população; d) valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais local; e) tem compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação e não em algum programa específico; f) democratiza o poder de comunicar etc.

Voz de América ou a DW, a Voz da Alemanha. A dificuldade de deslocação, de acesso às fontes de informação, associada à falta de recursos qualificados, dificulta a elaboração de noticiários diários que incluam não só temas locais como também de âmbito nacional e internacional. Nesta perspetiva, segundo UNICEF (2007), a maior parte da programação das rádios comunitárias na Guiné-Bissau é preenchida por músicas, sobrando espaços para emissões mais direcionadas para o desenvolvimento local e com participação efetiva da comunidade. No caso da RVQ, devido a sua experiência de 19 anos e tendo em atenção a sua localização na capital Bissau, habitada por diferentes etnias que compõem a Guiné-Bissau, não limita apenas a transmissão de blocos noticiosos das outras rádios, prepara e difunde notícias, em português, crioulo, e nas línguas nacionais mais predominantes no país, nomeadamente: Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco e Papel. São abordados vários temas de interesse da comunidade e do país, a saber: saneamento básico, saúde, educação, direitos de cidadãos, cultura, o que permite a participação da comunidade e dos decisores locais e tradicionais. Estes temas em termos da informação ocupam o conteúdo da rádio numa emissão de 4 blocos noticiosos por dia. A RVQ emite em período único das 7h:30 às 20 horas. “A carga horária média semanal das rádios comunitárias na Guiné-Bissau é mais de 40 horas, a RVQ, emite, 70 horas/semana”.

#### **4.5. Interação entre a Rádio e a Comunidade (Comunidade em Geral e a Participação Feminina em Particular)**

A interação entre a rádio e o seu público depende de várias contribuições criativas e modelos adotadas por cada estação. O fundamental é que haja um envolvimento consistente e de várias formas por parte da comunidade e que tal seja o reflexo dos interesses da comunidade a quem a rádio serve. No caso da RVQ, a interação com a comunidade é feita com base nos programas interativos a volta de temas fundamentais relativos a participação dos cidadãos e o exercício dos seus direitos<sup>37</sup>. Tomemos como exemplo o programa “Nô Cunsi Nô Diritu” (“Conheçamos os nossos Direitos”). Este programa é uma espécie de um Consultório Jurídico que dá apoio e orientação à comunidade de Quelélé para a resolução dos seus diferendos por via legal, ou então os programas “Saúde”, ou mesmo “Show Interativo”, três programas que mexem com toda a comunidade, sem distinção da faixa etária, tal como os Programas do “Desporto” e “Rádio em Férias.” Este último proporciona uma interação aberta e participativa

---

<sup>37</sup> \* Ver o anexo III da grelha de programação da RVQ

de técnicos e especialistas em diversas matérias convidados com os jovens estudantes durante as suas férias escolares, no recinto da rádio ao ar livre. No programa, bastante concorrido, a comunidade fala dos seus problemas, colocando dúvidas aos técnicos convidados e ainda são tocadas as músicas que os participantes desejam ouvir. Podemos constatar que esta iniciativa é um espaço importante para troca de informações com objetivo de conscientizar e alertar a comunidade em geral e a camada feminina em particular sobre formas de exercer a cidadania, denunciando casos da violação dos direitos das mulheres, nomeadamente o casamento forçado e precoce, a excisão feminina, direito a um registo de nascimento, a educação, etc. O impacto é ainda maior porque para além de permitir a interação aberta com linguagem adaptável ao vocabulário da comunidade, é também feita demonstração dos direitos sonogados às mulheres através de peças de teatro. A lógica é “vale mais aprender vendo do que ouvindo”. Apesar do esforço dos comunicadores, ainda se nota que os programas sobre a cidadania estão numa fase embrionária, ainda que com uma boa dose de participação dos ouvintes. O grande obstáculo está, porém, na impreparação dos profissionais da rádio, os animadores dos programas, para a produção deste tipo de programas com base em critérios de animação comunitária, de identificação de reais problemas de cada um dos grupos sociais e do seu envolvimento na formulação das suas preocupações e prioridades. Ainda assim podemos afirmar que os temas mais abordados na interação entre a rádio e a comunidade são questões ligadas aos Direitos Humanos, a problemática da criança, saúde, ambiente e programas de entretenimento. Ao longo destes anos da sua existência, a RVQ tem estado na linha de frente no processo de desenvolvimento tendo sempre em atenção os princípios participativos, de responsabilização, de apropriação comunitária e de inclusão que estão previstos nas diretivas da comunicação para o desenvolvimento utilizados pela UNICEF<sup>38</sup>. Todo esse trabalho só poderá ter o êxito desejado se contar com a contribuição de todos. O segredo de um desenvolvimento útil e harmonioso da comunicação e participação, segundo Carvalho (2007:15) é antes de mais a qualidade dos homens e mulheres que são os seus agentes e essa qualidade depende em primeiro lugar da sua formação. Acontece, contudo, que os dados demonstram uma realidade diferente do desejável. Das mais de 30 rádios comunitárias existentes na Guiné-Bissau, segundo RENARC, 65% dos seus colaboradores são do sexo masculino. Isso é apenas entre os comunicadores (as pessoas que falam ao microfone).

---

<sup>38</sup>\* Fonte: UNICEF, Mesa Redonda sobre a Comunicação para o Desenvolvimento Roma-Itália (1991)  
Mesa Redonda Internacional sobre a Comunicação para o Desenvolvimento Nova York (2002)



No capítulo dos operadores técnicos, os dados são ainda mais desequilibrados. É que quase todos os operadores técnicos das rádios comunitárias são do sexo masculino. “Criada desde 1994, a RVQ, tem 13 funcionários entre comunicadores, técnicos e pessoal administrativo, sendo cinco mulheres e apenas uma na área técnica”. Com a vontade de contrariar esses dados, nasceu em Maio de 2004, o núcleo de mulheres radialistas, tendo em conta a fraca participação das mulheres nas rádios comunitárias. O núcleo existe formalmente mas não funciona de todo, talvez pelo fato de o trabalho na maioria das rádios comunitárias ser não remunerado.

A questão do alto nível de analfabetismo entre a camada feminina, o casamento precoce, também poderão ser outros motivos para esta situação é o que diz Talatá Baldé.

Miguel Lima, chefe de redação da rádio Quelélé, observou, a propósito da participação feminina nas atividades da rádio uma inercia quase total já que a tendência é “estimular a participação feminina a nível do bairro, mas as vezes “não conseguimos as capacidades locais o que nos obriga a recrutar jovens dos bairros vizinhos concluiu”.

#### **4.6. Estratégia da Rádio Voz Quelélé na Construção da Cidadania**

A RVQ, por estratégia, própria nem de política falava, porque o objetivo era pôr o bairro a falar de si próprio. Foi o que nos disse Miguel Lima, chefe da redação da RVQ numa conversa na redação da rádio ao esclarecer que para avaliar o desempenho da rádio junto da comunidade, é fundamental que o “feedback” dos moradores seja tomado em consideração pelos comunicadores. A RVQ, por exemplo, começou desde 2001 a proceder um estudo de “audiometria” que consiste em auscultar as opiniões dos moradores. Importa salientar que, para a implementação do referido estudo é recrutado os jovens do bairro que posteriormente são submetidos à uma formação sobre os procedimentos de “audiometria”. Após a conclusão do estudo, os resultados são entregues aos técnicos da RVQ, que por sua vez, apreciam esses resultados e em consequência fazem as alterações julgadas necessárias e pertinentes na grelha de programação. Numa outra estratégia, Dauda Dabo, diretor da RVQ, num “djumbai” com a autora no seu gabinete valendo-se da experiência desenvolvida aquando da campanha de combate à cólera em 1994: *“Na altura, os comunicadores usavam uma estratégia de comunicação, em como, estão a observar as práticas de hora a hora e dia a dia do cidadão do bairro. Por exemplo, os colaboradores faziam emissões dirigidas às populações, recorrendo a técnica de dissuasão que faziam com que os habitantes confiassem na própria*

*rádio. Um repórter ia a um certo local e, sem ser visto pelos habitantes, explicava ao colega que estava na emissão as más práticas que observava para serem denunciadas na emissão”.*

São fatos que demonstram que, a rádio contribuiu muito na mudança de atitudes e hábitos da população e não só, como também promoveu a sua organização para o combate à epidemia.. Carlos Schwarts, director da ONG AD<sup>39</sup>, contou que: *”Na altura, era uma vergonha muito grande, ter-se cólera porque a doença está associada a diarreias e as pessoas preferiam morrer do que dizer que estavam com diarreia. O bairro organizou-se em equipas que passavam diariamente pelas casas a perguntar se estava alguém doente ou não, o que é que a pessoa tinha? Tinha diarreia ou não? Tinha febre ou não? Então é bem possível que seja cólera. Vamos para o hospital. Fazia-se uma triagem e a rádio ajudou nessa ação”.*

A ação da RVQ revela que, não é possível combater-se a cólera numa determinada comunidade somente a partir de atividades individuais. “Ações do género resulta da combinação de esforços individuais e coletivos, cuja complexidade é proporcional ao grau educacional e da cultura”. Fatos que nos remetem para a contribuição da RVQ no combate à cólera em 1994, Carlos Schwarts<sup>40</sup> contou-nos que *“não se falava por exemplo da higiene em geral, isto porque é um conceito muito vasto que dá para tudo, mas dizia-se que durante esse tempo, ninguém devia comer sem lavar as mãos, que era errado muita gente comer na mesma tigela ou cabaça”.* Podemos dizer que a abordagem imprimida pela rádio no combate à cólera foi uma linguagem direta para que as pessoas pudessem compreender melhor o que estava em causa.

Ao nosso ver a rádio inovou, porque segundo relatos pela primeira vez, um médico foi falar sobre a cólera na rádio, a população ia à rádio colocar as suas dúvidas.

---

<sup>39</sup> \* Entrevista realizada pela autora em 18 de Agosto de 2012 numa das salas do ISCTE

<sup>40</sup> \* (*Idem*)

#### **4.7. Impacto da Rádio Quelélé na Comunidade**

A importância da RVQ é reconhecida tanto no bairro, no país como a nível internacional pela dinâmica que veio criar desde a sua fundação em 1994. Pode-se dizer que ela veio restabelecer a capacidade de iniciativa das pessoas no bairro de Quelélé, que tanto pode ser a nível da organização do Carnaval, de outras iniciativas culturais, de torneios desportivos ou debates temáticos. Isso significa que as pessoas foram crescendo ao lado da rádio. Hoje, aquela rádio que na altura da sua criação nem falava de política, agora tem debates políticos, porque “tem força” para chamar os homens da lei para virem fazer a interpretação da mesma, segundo os comunicadores que lá operam. Com o surgimento da RVQ aumentou-se o protagonismo e a afirmação de jovens e das mulheres na tomada de decisão e do desenvolvimento comunitário.

A comunidade de Quelélé passou a ter um meio de reivindicação, através da rádio já consegue exigir:

- a)** melhores estradas;
- b)** o acesso aos serviços sociais de base ( educação, saúde, água potável, eletricidade, comunicação e também tabelar os preços aos seus produtos.

No fundo, com o surgimento da rádio elevou-se a consciência cívica e de solidariedade entre as organizações das mulheres do bairro:

- a)** incentivando, por exemplo, as “abotas” (quotização) para as suas atividades e negócios;
- b)** trabalho comunitário designadamente a construção de latrinas;
- c)** preservação do meio ambiente;
- d)** combate às doenças endémicas, por exemplo a cólera.

A importância da RVQ no combate à cólera viu-se aquando da primeira grande epidemia da doença em 1994 na qual morreram centenas de pessoas a nível nacional, sendo que em Quelélé apenas morreu uma pessoa vítima da doença. Esse efeito foi de tal forma elogiado no país ao ponto de merecer uma menção especial pela então Ministra da Saúde, em Conselho de Ministros explica director da ONG AD Carlos Schwartz durante uma entrevista que me concedeu nas instalações do ISCTE em 2012.

#### **4.8. RVQ e a Comunidade de Bairro de Quelélé**

Neste ponto de trabalho fazemos uma análise dos dados das entrevistas realizadas a 12 pessoas da comunidade em que se insere o nosso estudo de caso, mais precisamente bairro de Quelélé. Procuramos perceber até que ponto a comunidade do bairro Quelélé valoriza e compreende o papel da rádio. Não obstante a proliferação das rádios comunitárias na Guiné-Bissau e o papel importante que desempenha, o conceito “rádio comunitária” é pouco claro, sem uma definição legal. Na nossa percepção, esta situação deve-se ao fato de as rádios comunitárias terem sido criadas antes da aprovação de um instrumento legal que regula a sua organização e funcionamento. Mas a sua eficácia, é ainda assim, indiscutível se forem utilizadas para a satisfação das necessidades da comunidade mediante um termo de referência. A consciencialização, a assunção, a aceitação da rádio pela comunidade passa pela definição clara e prévia do conceito da rádio e dos objetivos por ela preconizados pese embora as rádios comunitárias desempenhem as suas atividades com enormes dificuldades devido a falta de recursos materiais, humanos e financeiros o que constitui o ponto fraco das mesmas. Este fato foi constatado numa entrevista com o director da ONG AD, Carlos Shwartz, segundo o qual “as rádios comunitárias têm como suporte o funcionamento dos comunicadores que fazem programas, entrevistas, animação musical, noticiário, embora grande parte deles não tenha formação especializada”. São na sua maioria jovens que trabalham em regime do voluntariado. Estas situações fazem com que as rádios comunitárias não tenham uma massa crítica formada e permanente já que os jovens voluntários entram e saem delas conforme vão tendo novas oportunidades. Mesmo assim a rádio acaba por funcionar para esses jovens como uma verdadeira escola de aprendizagem. O aspeto negativo disto tudo é que como estão de passagem significa que cada vez entram mais jovens e que vão ter que fazer o mesmo percurso. Nesse caso a projeção de uma rádio para novos horizontes fica um pouco condicionada já que formar um jovem inexperiente exige o seu tempo.

Centramos agora esta análise no papel da RVQ, a primeira rádio comunitária do país. No âmbito geral, os entrevistados do bairro de Quelélé realçaram o papel e a importância desta rádio na vida da comunidade, apesar de existir uma ou outra opinião divergente. O reforço da aceitação da rádio junto da comunidade é notório.

A comunidade reconhece a rádio como sua propriedade. De acordo com as nossas observações confirmadas através das entrevistas em lugares distintos do bairro, os moradores levantaram-se várias vezes em defesa da rádio e sobretudo contra as ameaças do Governo na altura.

*A rádio foi criada para comunidade. Em 2003, alguém experimentou fechar a rádio, mas volvidas algumas horas, a reação da população foi rápida e enérgica. A situação foi ultrapassada. Mesmo com uma curta paragem por avaria técnica a população reage logo, (-52 anos militar no ativo e membro de Associação de moradores de Quelélé entrevistado na Manhã Guerra Nacional).*

Isto demonstra que a comunidade reconhece a importância da rádio e compreender o seu papel para o seu desenvolvimento. A RVQ tem estado a promover uma atividade socialmente útil, virada para a satisfação das necessidades da população em todos os domínios da sua vida. É uma rádio que promove a criação de um espaço de concertação de ideias sobre os problemas da comunidade, incentiva a cultura da paz, de preservação do meio ambiente, observância dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, problemas ligados à educação, erradicação do analfabetismo, saúde e saneamento básico, a valorização de usos e costumes das diferentes etnias que residem no bairro.

Na apreciação da opinião dos entrevistados, há que destacar também algumas críticas nomeadamente, a ausência de programas específicos para a camada feminina e a produção de conteúdos que reflitam a verdadeira realidade da comunidade.

A nossa investigação sobre o papel das rádios comunitárias na construção da cidadania na Guiné-Bissau no caso concreto da Voz de Quelélé, permitiu-nos perceber que o bairro tinha sérios problemas (a delinquência juvenil, os incêndios que consumiam muitas casas, a convocação dos moradores era feita através de megafones ou na mesquita, a Associação dos moradores, mentora da criação da rádio tinha grandes dificuldades em fazer chegar a sua mensagem às 11 zonas que compõem o bairro de Quelélé), mas, entretanto, a rádio ajudou a melhorar bastante o aspeto organizativo do bairro. As dificuldades de comunicação já foram ultrapassadas. A rádio facilita também o surgimento de várias organizações comunitárias, serve de suporte para a realização dos campeonatos de futebol inter-bairros, demais competições desportivas e culturais.

*Foi uma experiência difícil. Hoje em dia a rádio diminuiu o sacrifício dos moradores, delinquência juvenil, incêndios. Eu não era uma pessoa participativa, não tinha noção das coisas (- 78 anos aposentado e presidente de Associação de moradores entrevistado na sua casa ).*

A instalação da RVQ ajudou os moradores em geral no encurtamento do espaço/tempo e os jovens, em particular, a compreenderem melhor os contornos da sua comunidade.

A RVQ é hoje o principal veículo de informação entre os moradores do bairro. É mesmo a infraestrutura comunitária mais importante de Quelélé.

*A 104.8 megahertz ajuda-nos no tempo e hora com informações locais, nacionais e no encurtamento do espaço. Vou dar um exemplo “dantes em caso de desgosto era preciso disponibilizar dinheiro e/ou deslocar uma criança para levar a informação/recado, mas com a rádio é só redigir um comunicado, as famílias mais distante, amigos e conhecidos recebem a informação num instante e não só, mas também nas campanhas de vacinação e registo de nascimento (- 45 anos funcionária publica entrevistada na sua residência no bairro de Quelélé).*

*A rádio pode ajudar a desenvolver à comunidade se houver informações verídicas. Isso depende dos comunicadores que têm por missão transmitir informação credível, denunciando atos que não abonam para desenvolvimento do bairro (extração da área, construção de paços nos locais não indicados [de modo] a reforçar a confiança. Ela representa uma segurança à comunidade. Muitas das vezes quando não temos condições de deslocar, a rádio serve-nos de alternativa e até ajuda-nos nas tomadas de decisões. (- 37 anos doméstica entrevistada no mercado de bairro Quelélé).*

*A Voz de Quelélé tem programas como o “Saber”, “ Nô Kungsi Nô Diritu”(“Conheçamos os nossos Direitos”), que me ajudaram muito. Estes programas informam sobre os direitos e deveres de um cidadão e como exerce-los. A construção da cidadania passa necessariamente pelo acesso à informação e uma participação aberta (- 23 anos aluno entrevistado na escola).*

Este programa de carácter jurídico faz interpretação das leis, procedimentos de acesso à justiça, leis da cidadania e papel dos tribunais e dos órgãos da soberania num Estado de direito democrático e relata a importância da colaboração das comunidades para a afirmação da justiça.

*Á pedido das comunidades de Bissorã, fui convidado na qualidade do produtor de programa a visitar esta cidade situada no Norte da Guiné, zona onde se regista o maior número de práticas de justiça privada, ou seja, as comunidades locais devido à morosidade dos processos judiciais, optam pela resolução dos problemas com as suas próprias mãos (- 32 anos, Produtor e apresentador de Programa Nô Cunsi Nô Diritu entrevistado no recinto da rádio);*

*Na verdade, a rádio pode contribuir para servir o país, se de facto, a mentalidade das pessoas estiver virada para a construção de uma Nação. Caso contrário, a sua contribuição será inútil (- 45 anos, facilitador entre a rádio e à comunidade, entrevistado na sua residência ).*

*A rádio Voz de Quelélé ajuda a desenvolver a nossa comunidade, sobretudo a camada juvenil. Tem programas sobre o Desporto, notícias, arte, cultura, entretenimento. Além de mais, ela une as pessoas. Cada tribo tem o seu espaço para difundir a sua cultura e língua. Por isso, pode servir de um meio importante para construção de cidadania se for bem aproveitada. ( - 48 anos, desempregado morador entrevistado no próprio bairro);*

*Não devemos aprender apenas com o livro. Uma vez, eu estava a escutar a rádio, logo a chegada na escola fui confrontado com a mesma matéria (- 19 anos, aluno entrevistado na sua casa).*

*A rádio é um instrumento orientador e sensibilizador, dando apoios necessários aos cidadãos. No meu caso, a RVQ publicitou uma escola que me ajudou muito na minha formação ( 25 anos, morador e estudante).*

Importante é mas ainda assim alguns moradores criticam a atuação da rádio uma vez que, dizem algumas feirantes, a RVQ não lhes dá espaço de antena para que falem dos seus problemas específicos:

*Os comunicadores não produzem programas relacionados com negócios em apoio as mulheres feirantes. Os comunicadores devem esforçar mais na procura de informações para poder atingir as comunidades mais desfavorecidas que, por outras razões continuam a não beneficiar de promoção das suas ideias, iniciativas e sobretudo no seio da camada feminina. Dai é fundamental maior participação da comunidade na produção dos conteúdos (- 22 anos, vendedora entrevistada no mercado de bairro Quelélé).*

A RVQ com base nos depoimentos dos moradores, cruzados com os conteúdos da sua grelha de programação dá ênfase, aos assuntos da comunidade marginalizada pelos media públicos e privados, não obstante algumas críticas na qual sobrescrevemos. Quelélé é um dos bairros mais populosos da cidade de Bissau, e com grande diversidade cultural tem na sua grelha, programa de um corrente religioso. Ao nosso ver, o religioso neste caso, só deveria aparecer como forma de notícia e não deve haver espaço para programas religiosos. Convém salientarmos que, deve-se evitar que a rádio seja tomada para servir interesse de uma só pessoa ou de um grupo, seja (m) ele(s) político(s) ou religioso(s) devido o seu papel na resolução de problemas da comunidade.

Na Guiné-Bissau, devido a fragilidade das instituições do Estado, sobretudo a instituição judicial encarregue de dirimir conflitos, o que acaba por tornar os processos judiciais morosos, os cidadãos recorrem diariamente às rádios para resolver os seus problemas, através de denúncias de crimes, perseguições etc. Ressalva-se que ainda que uma rádio comunitária possa ser importante na vida de uma comunidade, em caso de disputas, conflitos ou desentendimentos a rádio deve procurar sempre ouvir as partes, abrindo o debate porque sabe-se que os conflitos são, quase sempre, motivados por disputas derivados de costumes que levam muito tempo para serem mudados. Há uma vasta área em que as rádios comunitárias podem fazer a ponte entre a população, sem que isso seja realizar justiça como tal. Uma rádio não deve ser doutrinal ou seja não pode dizer condenamos isto, condenamos aquilo. Assim e em face dos depoimentos dos moradores de Quelélé, dos comunicadores, do coordenador da RENARC e do responsável da ONG AD, chegamos a conclusão que a RVQ tem contribuído muito na construção da cidadania no bairro em particular e no país de forma geral, pese embora reconheçamos ser um processo longo e difícil para um país como a Guiné-Bissau porque o conceito da cidadania está intimamente ligado à evolução do Estado, aos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo.



## NOTAS FINAIS

Com base em postulados teórico-metodológicos estabelecidos e guiada pela preocupação académica de questionar o papel e o impacto positivo das rádios comunitárias, procuramos, através do presente estudo de caso (RVQ), recentrar este o debate que se reporta, na Guiné-Bissau, tal como de resto em quase toda a África subsariana, ao facto de que- “maior parte da população vive da terra e que, muitas vezes, permanece isolada devido à falta de meios de comunicação e de transportes”-, procurando por um lado aferir sobre as vantagens de utilização de uma rádio comunitária e, por outro, equacionar as dinâmicas de apropriação de toda uma comunidade em relação à sua rádio, partindo do pressuposto de que essas populações-alvo, em princípio, conscientes das suas debilidades (pobreza, analfabetismo, cultura de oralidade, fraco acesso as informações), também se movem no sentido de darem um retorno vital a sua comunidade, justamente, através dessa rádio.

De facto, constatamos que, com as exigências de interatividade das novas tecnologias, associadas estas ao acesso limitado pela grande maioria da população em causa, a rádio comunitária oferece um maior leque de possibilidades de participação e de acesso democrático nos esforços do desenvolvimento local em geral, na mediada em que, na sua programação, integra as reais necessidades dos ouvintes, de forma a torná-los mais participativos, fazendo-os de algum modo saírem do anonimato. Nesse sentido, aliás, a RVQ, tem promovido atividades viradas para a satisfação das necessidades da comunidade, com destaque para os aspetos atinentes a necessidade de observância dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (consagrados na Constituição da República no seu art 25º), contribuindo, igualmente, para a erradicação do analfabetismo e ainda para a sensibilização da população local para as questões de saúde e o saneamento básico, para além d a valorização dos usos e costumes das diferentes etnias que residem no bairro e que, por isso mesmo, participam no desenvolvimento local. Na realidade, o papel da RVQ, na sua vertente de comunicação social, tem um grande impacto, pois assenta nos princípios da comunicação “libertadora” e possui como foco o incremento da cidadania, permitindo-lhes a apropriação de um espaço para veicular as suas reivindicações e assim fazer valer os direitos e deveres, mormente, o direito das mulheres que, por razões diversas, ainda manifestam um fraco nível de participação nas esferas de gestão da rádio comunitária.

Neste deambular, da voz dos moradores de bairro de Quelélé e se formos ver, o conceito da comunicação que tem como pressuposto "feedback" ou seja retorno na comunicação que gera não só a relação de efetividade, mas sobretudo na própria integração social do indivíduo, admitimos porém que nenhuma sociedade ou comunidade pode desenvolver se as pessoas não tiverem ao seu dispor meios para se comunicarem e poderem participar ativamente na vida da comunidade. Assim, constatamos durante a nossa investigação que rádio comunitária, se for utilizada em benefício da comunidade, revela-se o meio de comunicação facilitador desse "feedback", não só por questão da oralidade mas também do analfabetismo e, sobretudo de uma população desprovida de meios para o acesso aos outros instrumentos de comunicação massificado nas sociedades desenvolvidas.

A comunicação é o elemento chave se não fulcral para o "bom" do desenvolvimento e da democracia. A rádio no contexto africano e em particular na Guiné-Bissau é, um meio federador ou seja indispensável na comunicação e sobretudo nas comunidades onde existem fortes "tabus" culturais como casamento precoce e forçado, excisão feminina e além de mais, a maioria das pessoas não sabem ler nem escrever. A comunicação comunitária, que tem como ferramenta a (rádio) está a contribuir para banir as referidas práticas assim diminuir ruído no processo comunicativo, que outrora se registava entre as comunidades e os grandes media, devido ao isolamento linguístico das comunidades graças a utilização de línguas locais. Os conteúdos transmitidos pelas rádios comunitárias diferem dos órgãos da comunicação públicos e privados. As tendências das primeiras são abordagem dos problemas concretos da comunidade, dando voz às suas preocupações, respeito a diversidade étnica e fazendo que todas as pessoas se reconheçam nelas.

Por isso, admitimos que o seu papel na vertente da comunicação tem grande impacto, pois assenta nos princípios da comunicação "libertadora" que tem como foco o aumento da cidadania. Pois, a cidadania só existe se os cidadãos tiveram a consciência dos seus direitos, fato que lhes permitem apropriar de um espaço para reivindicações e fazer valer esses direitos. Neste sentido, o exercício da cidadania pode ser a estratégia, para a edificação de uma sociedade justa onde todos terão os mesmos direitos. Daí que, as rádios comunitárias são vistas como instrumento da "libertação" das comunidades marginalizadas.

Uma das condições básicas para a participação efetiva dos cidadãos é a existência de uma opinião pública ativa, consciente e crítica. Estudos comprovam que os países democráticos nos quais funcionam a opinião pública também possuem boas hipóteses de contar com uma política do desenvolvimento local juntando resultados visíveis.

Da nossa, ainda que limitada análise empírica, com base em vários estudos sobre a matéria, é geralmente aceite que os desafios que se colocam às sociedades mesmo tradicionais como as modernas os media (Rádio, jornais, TV, Internet, etc) enfrentam uma constante mutação tanto ao nível do espaço público como privado (comunitário) o que faz com que seja imperiosa na visão de Cardoso (2001 ) um recentrar da análise da evolução das melhorias necessárias com vista a emprestar novos *apports* aos processos de comunicação no espaço público. Porque, em África, atravessa-se uma fase de transição, um momento particular nas sociedades em vias de desenvolvimento, caracterizado particularmente pela mudança, e/ou pela existência de elementos que propiciam essa mudança, a rádio é, assim, um elemento catalisador dessa mudança.

## Referências Bibliográficas

- ALUMUKU, Patrick & WHITE, Robert (2005), Rádio comunitária para o desenvolvimento. Anuário internacional de comunicação Lusófona
- ANDRE, Mário (1979), Reflexões sobre a política nacional de informação: comunicação proferida na abertura de II seminário de informação por ocasião do IV aniversário do Jornal “Nô Pintcha” (“Avante” em tradução livre), primeiro trissemanário guineense
- BONIXE, Luís (2012), Rádios locais e cidadania – uma perspetiva sobre novas formas de participação dos ouvintes, *apud* APRENDER, revista da escola superior de educação de Portalegre nr 32 - junho, novos media novas narrativas pp: 1-51.
- BARREIROS, José (2012), Democracia, comunicação e media, 1ª ed. Editora Mundos Sociais, Lisboa
- CORDEIRO, PAULA (2010), A Rádio e as indústrias culturais. Estratégia de programação na transição para o digital, ed. Livro Horizonte, Lisboa
- CARVALHO, Francisco et al (2007) (orgs), Formação dos jornalistas: a comunicação social na Guiné-Bissau, 1ª ed. UNIOGBIS, Bissau
- CASTELLS, Manuel (2004), The Power of Identity, Oxford: Blackwell *apud* Portal da Comunicação InCom-UAB: 2001-2011, Institut de la Comunicació (InCom-UAB): Disponível em [http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51\\_por.pdf](http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51_por.pdf): Cardoso, Gustavo (consultado:15. 06.2012)
- CORREIA, João (2004), Comunicação e Cidadania, ed. Livros Horizonte, Lisboa
- CARDOSO, Gustavo (2003), O que é Internet, 1ª ed. Quimera Editores Lda, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (2007), O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. II- 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian-Lisboa
- CARDOSO, Gustavo (2001), Da comunicação em massa á comunicação em rede: Modelos comunicacionais e a sociedade de informação *apud* portal da comunicação InCom-UAB: 2001, Institut de la Comunicació (InCom-UAB): Disponível em [http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51\\_por.pdf](http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51_por.pdf), pp:1-12 (consultado:15. 06.2012)
- CORREIA, José & CAMELO, João (2001), Linhas Gerais para uma Reflexão em torno de Problemática das Relações entre educação e desenvolvimento local, *Aprender*, nº 25, pp.88-89

CARVALHO, Francisco (1994), A Radiodifusão na Guiné-Bissau: historial, problemas e perspectivas: sugestão de programas radiofónicos de ação comunitária para o desenvolvimento nacional, comunicação apresentada num seminário-atelier “O pluralismo de informação na Guiné-Bissau” como?, no âmbito da adoção da lei de imprensa de 3 de Outubro, pelo Instituto Panos em colaboração com a União dos Jornalistas da Guiné-Bissau e as organizações não governamentais locais, 26, 27 e 28 de Outubro de 1994, Bissau

GOMES, Diogo (2002), Descobrimento primeiro da Guiné, ed. Colibri, Lisboa

HENRIQUES, Márcio (2004) (orgs), Comunicação e estratégias de comunicação 2ª ed Autêntica, Belo-Horizonte

HABERMAS, Jurguen ( 1984), *Apud* LOURENÇO, André (2012), Rádios comunitárias como arenas públicas: contribuições para a análise e a construção democrática. Disponível em <http://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/3.pdf> (consultado: 14.12.2012)

KOUDAW, Fafali (2000), Os media na Guiné-Bissau. *Apud* Nick, (*sine nomine/sine loco*) Pluralismo de Informação nos PALOP. Cascais: Principia/Instituto PANOS, pp. 97-126

LEGUY, Cécile (*Sine anon*), Oralité en Afrique: L'oralité doit être considérée comme une modalité de civilisation par laquelle certaines ... Maître de conférences à Bordeaux 2. Disponível em <http://www.meb.u-bordeaux2.fr/docs/expoparole.pdf> (consultado: 29.05.2013), pp1:8

MOREIRA, Joaquim (2006), Rádios comunitárias instrumentos da afirmação da cidadania, comunicação apresentada no âmbito do primeiro encontro das rádios comunitárias da CPLP, “Ondas da Cidadania”, promovido pela ACEP em parceria com a AD, e a RENARC, 16, 17, 18 e 19 de Março de 2006, Bissau

MORIN, Edgar (1998), L'Enjeu Humaine de la Communication, *apud* Philippe Cabin (Org.) (1998), La Communication: État des Savoirs, Auxerre, Éditions Sciences Humai

MATTELART, Armand (1996), A Mundialização da Comunicação, ed. Instituto Piaget, Lisboa

PAULA, Patrícia (2010), Rádios comunitárias: “Voz di Povo”, experiência africana casos: da Guiné-Bissau e Moçambique, CIES, 7th Congress of African Studies. pp.2-19

PAULA, Patrícia (2009), Rádios comunitárias em prol da comunicação para o desenvolvimento, Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos, 2009, nr. 2, pp. 142-166

PERUZZO, Cicilia (2004), Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento Local- Disponível em [http://expressconsultoria.com.br/comefe/files/artigos/radio-cecilia\\_peruzzo.pdf](http://expressconsultoria.com.br/comefe/files/artigos/radio-cecilia_peruzzo.pdf) pp:2-20

PERUZZO, Cicilia (2002), Direito a comunicação comunitária, participação popular e cidadania: Disponível em <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/viewFile/145/166> (consultado 26.05.2013), pp.1-24

PERUZZO, Cicilia (1999), Participação nas rádios comunitárias no Brasil. Versão ampliada do paper apresentado no GT cultura e comunicação popular, XXI- Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 de Setembro de 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>

RAMONET, Ignacio (1999), Geopolítica do caos, 3ª ed. Vozes, Ltda

RODRIGUES, Duarte (1997), Estratégias da comunicação, 2ª ed. Editorial Presença, Lisboa

REIS, Príncipe (1972), O Papel da rádio no estado moderno (continuação) *apud*

THOMPSON, John (1998), A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia Petrópolis, Vozes

SILVERSTONE, Roger (2005), Porque estudar a mídia? 2ª ed. Edições Loyola, São Paulo, Brasil

SANTOS, Mário et al (1987) (orgs), Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística *apud* Soranda, revista de estudos guineenses nº4 Julho, Edições INEP, Bissau pp 1-187

TUSDESQ, André (2002), L’Afrique parle, l’Afrique écoute; les radios en Afrique subsaharienne. Paris: Karthala: Disponível em <http://www.franceculture.fr/oeuvre-l-afrique-parle-l-afrique-ecoute-la-radio-en-afrique-subsaharienne-de-andre-jean-tudesq.html>

(consultado: em 15.11.2012)

## **FONTES (Legislação, Documentos Formais, Dissertações, Teses e Sites Consultados)**

- Lei da Imprensa nº4 de 3 de Outubro de 1991 publicada no Boletim Oficial, Nº39 p: 2
- Licença Provisória de funcionamento da RVQ de 10.02.2010 emitido pela ARN-TIC
- Regulamento Interno Transitório da Associação de moradores de bairro de Quelélé dona formal da RVQ p: 3-4
- Estatutos do Conselho Nacional da Comunicação Social, Lei Nº6/1991 nos seus Arts 3º e 4º p: 1-2
- Certidão da Constituição da Associação para o Desenvolvimento da Rádio Comunitária de Bafatá (ADERCOB), de 8 de Janeiro de 2003 fls. Nº 2 do livro Nº A-2003 p: 3-5
- Diplomas Regulamentares que Regem a Organização da ARN-TIC, Lei Nº5/2010, Decreto Nº13/2010 2º Suplemento ao BO Nº 38, de 22 de Setembro
- AMARC- Associação Mundial das Rádios Comunitárias
- Constituição da República da Guiné-Bissau (1996), ed. INACEP, Bissau
- DENARP II (2011), Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, publicado pelo Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional
- ILAP2 (2010), Relatório do Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (Instituto Nacional de Estatística)
- Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (2009), Manual de Radialistas, ed. ONG Ação para o Desenvolvimento, Bissau
- Repertório das Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau (*sine anon*), *Apud* Breve História das Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau: ROBALO, Ladislau
- UNICEF (2003), Estratégias sobre as Rádios Comunitárias- Bissau
- UNICEF (2007), Manual de Formação para os Comunicadores-Bissau
- BARREIROS, José (2010), Públicos Media e Vida Pública
- PAULA, Patrícia (2006), Guiné-Bissau: Os Mas Media em Crise
- REIS, Filipe (2006), Comunidades Radiofónicas: Um Estado Etnográfico Sobre a RadioDifusão Local em Portugal
- MKAIMA, Renato (2011), As Rádios Comunitárias em Moçambique: Contributo para uma Análise
- [http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51\\_por.pdf](http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/51_por.pdf):CARDOSO,Gustavo  
(consultado:15. 06.2012)
- <http://www.acep.pt>
- <http://www.adbissau.org>

[http://www. Radio-voz-quelele.blogspot](http://www.Radio-voz-quelele.blogspot)

[http://renarc.adbissau.org/?page\\_id=12](http://renarc.adbissau.org/?page_id=12)



## ANEXOS

## ANEXO I

### Lista das Rádios ao Nível Nacional

Nº	Nome da Rádio	Localização	Língua de comunicação
<b>Bissau</b>			
1	RDN	Bissau	Português Crioulo 11 Línguas nacionais
2	Rádio Jovem	Bissau	Português Crioulo
3	Rádio Voz da Antula	Bissau	Português Crioulo
4	Rádio Bonbolom	Bissau	Português Crioulo
5	Rádio Pindjiguiti	Bissau	Português Crioulo
6	Rádio Sol Manci Bissau	Bissau	Português Crioulo
7	Rádio Comunitária de Quelele	Bissau	Português Crioulo
8	Rádio Comunitária Odjarapá Có	Ondame	Português Crioulo
9	Rádio Nossa	Bissau	Português Crioulo
<b>Região de Biombo</b>			
1	Rádio Comunitária de Quinhamel "Lua Nova1"	Biombo	Português Crioulo Papel

N°	Nome da Rádio	Localização	Língua de comunicação
<b>Região de Bafatá</b>			
1	Rádio Comunitária de Bafatá	Bafatá	Português Crioulo Fula Mandinga
2	Rádio Comunitária de Cambadju	Cambadju	Crioulo Fula Mandinga
3	Rádio Wakilary de Contuboeil	Contuboeil	Crioulo Fula Mandinga
<b>Região de Bolama &amp; Bijagós</b>			
1	Rádio Djan Djan	Bubaque	Crioulo Bijagó
2	Rádio Kossena	Ilha Formosa	Crioulo Bijagó
3	Rádio Bolama	Bolama	Crioulo Bijagó
4	Rádio Bijagós	Bubaque	Crioulo Bijagó
<b>Região de Cacheu</b>			
1	Rádio Kassumai	São Domingos	Crioulo Felupe
2	Rádio VIVA	Bula	Crioulo Mancanha Balanta
3	Rádio Uler Abbande	Cantchungo	Crioulo

Nº	Nome da Rádio	Localização	Língua de comunicação
			Manjaco
4	Rádio Eva	Suzana	Crioulo Felupe
5	Rádio Babok	Cantchungo	Crioulo Manjaco
6	Rádio Balafon	Inгоре	Crioulo Balanta Mane
<b>Região de Gabú</b>			
1	Rádio Sintchan Occo	Gabú	Crioulo Fula Mandinga
2	Rádio Gandal	Gandal	Crioulo Fula Mandinga
3	Rádio Colinas de Boé	Boé	Crioulo Fula
<b>Região de Oio</b>			
1	Rádio Djalicunda	Djalicunda	Crioulo Mandinga
2	Rádio Corânica	Mansoa	Crioulo
3	Rádio Sol Mancí	Mansoa	Português Crioulo
<b>Região de Quinara</b>			
1	Rádio Papagaio	Buba	Português Crioulo Biafada

Nº	Nome da Rádio	Localização	Língua de comunicação
			Balanta
2	Rádio Comunitária de Forea	Quebo	Crioulo Fula
<b>Região de Tombali</b>			
1	Rádio Lamparam	Iemberem	Crioulo Biafada Tanda Nalu
2	Radio Educativa Voz de Tombali	Catio	Crioulo Balanta

Fonte: UNICEF/Bissau 2010

## ANEXO II

### Rádios Membros da RENARC

Região	Radio	Propriedade	Cobertura (Hab.)	Licença Provisória	Criação (Ano)	Trabalhadores			Categorias			Apoios	Venda de Serviços	Emissão (hr)
						T	H	M	Jorn.	Téc.	Admi.			
Bafatá	RC Bafatá	PLAN Internacional	80.000	1988	2000	13	8	5	6	4	3	PLAN Internacional, RENARC, INFORMORAC, OSIWA, UNICEF, FNUAP, FAO, OMS	S	74
	Wakilare	APALCOF	30.000	Não Tem	1997	6	4	2	3	2	1	ADIM, RENARC, FNUAP e contribuições da comunidade	S	61
Biombo	Lua Nova de Quinhamel	Associação dos Jovens de Quinhamel	5.000	Não Tem	2003	6	5	1	4	2	0	Empresa Manuel dos Santos; AD; RENARC e comunidade local	S	91
Bissau	Cuntum Madina	Dário António Fernandes	4.000	Não Tem	2003	22	10	12	12	8	2	AD/ RENARC e comunidade Local	S	49
	Rádio Jovem	Rede Nacional das Associações Juvenis	50.000	Não Tem	2005	13	10	3	7	5	1	ACEP, RENAJ, RENARC e Rádio Pindjiquti	S	56

Região	Radio	Propriedade	Cobertura (Hab.)	Licença Provisória	Criação (Ano)	Trabalhadores			Categorias			Financiamentos		Emissão (hr)
						T T	H	M	Jorn.	Téc.	Admi.	Apoios	Venda de Serviços	
	Voz do Quilé	Associação dos Moradores de Quilé	30.000	1995	1995	13	8	5	7	5	1	AD, RENARC, INFORMORAC, OSIWA, UNICF, FNUAP e contribuições da comunidade	S	70
	Voz de Antula	Tamba Correia	10.000	Não Tem	2003	12	7	5	6	5	1	AD, RENARC e Associação AJUD (No Pensa Antula)	S	45
Bijagos	Djan Djan	Casa de Ambiente e Cultura de Bubaque	35.000	1995	1995	15	10	5	8	5	2	UICN, RENARC, INFORMORAC, UNICEF e contribuições da comunidade	S	48
	Kossena	Associação dos Filhos de Formosa	30.000	Tem	2005	7	4	3	4	3	0	AD/ RENARC e comunidade local	S	31,5
Cacheu	Balafom	União de Pequenos Agricultores de Ingoré	20.000	Não Tem	2001	13	9	4	7	5	1	AD/ RENARC e contribuições da comunidade	S	36
	Eva	Casa do Ambiente e Cultura de Suzana	8.000	2002	2002	18	10	8	9	6	3	AD, RENARC, INFORMORAC e contribuições da comunidade	S	15
	Kasumai	Associação Comunitária "Rádio Kasumai"	60.000	1995	1995	21	15	6	12	8	1	AD, RENARC, UNICEF, OSIWA, INFORMORAC e contribuições da comunidade	S	91
	Titidjene	Missão Católica de Suzana	8.000	Não Tem	1996	6	4	2	2	2	2	Missão Católica de Suzana	N.v	14
	Uler Aband	Cooperativa Agrícola dos Jovens Quadros de Canchungo (COAJOC)	80.000	Não Tem	2006	10	6	4	4	3	3	AD	S	84
	Viva de Bula	Associação dos Jovens Unidos de Bula (AJUB)	600	Não Tem	N.d	7	5	2	5	1	1	Missão Católica, AD, RENARC, AJUB e contribuições da comunidade		14
	Gabú	Colinas de Boé	Comunidade do Boé, com a gestão da Divutec e ICCO	12.000	Não Tem	2004	8	6	2	6	2	2	DIVUTEC e ICCO	N
Gabú		Associação de Desenvolvi	20000	Não tem	N.d	30	22	8	18	8	4	REDECO; OSIWA e contribuições da comunidade	S	42

Região	Radio	Propriedade	Cobertura (Hab.)	Licença Provisória	Criação (Ano)	Trabalhadores			Categorias			Financiamentos		Emissão (hr)
						T T	H	M	Jorn.	Téc.	Admi.	Apoios	Venda de Serviços	
		to												
	Sintcha Occo	Centro de Formação e Informação para o Desenvolvimento	60.000	Não Tem	2000	22	13	9	12	6	4	FENU/PNUD, UNICEF e contribuições da comunidade	S	98
	Voz do Algodão de Gabú	Adul Si	3.000	Não Tem	2004	15	12	3	9	4	2	comunidade local	N	84
Oio	Djalicunda	KAFO (Federação Camponesa)	90.000	S	2001	7	4	3	5	2	1	SWISSAID, RENARC, REDECO/OSIWA, INFORMORAC e contribuições da comunidade	S	66
Quinara	Papagaio	Associação dos Amigos da Natureza (AMIN)	40.000	2002	2002	14	8	6	8	4	2	UICN, AD, RENARC, INFORMORAC e Cooperação Espanhola	S	28
Tombali	Forrea	União dos Filhos de Mampatá Forrea	500	Não tem	2000	10	7	3	4	4	2	AD/RENARC e contribuições da comunidade	S	21
	Lamparam	Associação dos Jovens Agricultores de Lemberém (AJAI)	40.000	1996	1996	12	12	0	8	3	1	AD, RENARC, INFORMORAC e contribuições da comunidade	S	35

Fonte: RENARC [http://renarc.adbissau.org/?page\\_id=12](http://renarc.adbissau.org/?page_id=12) (Consultado em Fevereiro 2013)

## ANEXO III

### Temática e Programação das Rádios Comunitárias Membros da RENARC

Região	Radio	Inform.	Agri.	Pesca	Ambiente	Saneamento Básico e Saúde	Educação	Desporto	Direitos Humanos / Género	Religião	Humor	Espaço Jovem	Espaço Cultural	Espaço Infantil	Opinião	Dedicatórias	Outros
Bafatá	RC Bafatá	X				X	X	X				X	X	X		X	X
	Wakilare		X		X	X		X				X	X	X		X	
Biombo	Lua Nova de Quinhamel				X	X							X	X	X	X	
Bissau	Cuntum Madina					X	X							X		X	
	Rádio Jovem	X				X	X	X	X			X				X	
	Voz do Quelélé					X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	
	Voz de Antula		X			X			X					X		X	
A.	Djan Djan		X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	
	Kossena		X	X		X			X				X			X	X
Cachéu	Balaform		X			X		X			X					X	X
	Eva		X	X	X	X		X						X		X	
	Kasumai		X	X	X	X		X			X	X	X	X		X	
	Titidjene				X	X				X			X	X		X	
	Uler Aband		X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	
	Viva de Bula					X	X	X								X	
Gabú	Colinas de Boé		X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	
	Gabú					X	X	X								X	
	Sintcha Occo					X	X	X		X	X	X				X	
	Voz do Algodão					X	X			X				X		X	



Região	Radio	Infor m.	Agri.	Pesca	Ambi ente	Sanea mento Básico e Saúde	Educa ção	Despo rto	Direit os Huma nos / Géner o	Religi ão	Humo r	Espaço Jovem	Espaço Cultu ral	Espaço Infant il	Opini ão	Dedicat órias	Outr os
Oio	Djalicunda		X	X		X	X	X		X				X		X	
Quinara	Papagaio		X	X	X	X		X	X	X				X		X	X
Tombali	Forrea				X	X	X	X		X	X		X			X	
	Lamparam		X	X	X	X		X	X	X			X	X		X	

Fonte: RENARC [http://renarc.adbissau.org/?page\\_id=12](http://renarc.adbissau.org/?page_id=12) (Consultado em Fevereiro 2013)

ANEXO IV

Grelha de Programas da Rádio Voz de Quelélé

RÁDIO VOZ DE QUELELE - FM-104.8MHz  
GRELHA DE PROGRAMAS

	2ª-feira	3ª-feira	4ª-feira	5ª-feira	6ª-feira	Sábado	Domingo
	Início emissão	Início emissão	Início emissão	Início emissão	Início emissão	Início emissão	Início emissão
7h30	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle		
7h45	Esplanada Informativa (E)	Esplanada Informativa (E)	Esplanada Informativa (E)	Esplanada Informativa (E)	Esplanada Informativa (E)	Saakubugul	Spots publicitários
8h00	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle	Bom Dia Queléle		Djumbur de Nsrentekhele (até 9h45)
8h30							
9h00	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria		
9h30	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria		
10h00	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria		
10h30	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria		
11h00	Spots publicitários	Spots publicitários	Spots publicitários	Spots publicitários	Spots publicitários		
11h30	Receção de comunidade	Receção de comunidade	Receção de comunidade	Receção de comunidade	Receção de comunidade		
12h00	Grande Plano	Grande Plano	Grande Plano	Grande Plano	Grande Plano		
12h30	Spots publicitários	Spots publicitários	Spots publicitários	Spots publicitários	Spots publicitários		Jornal em Krombe
13h05	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria		
13h30	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria	Matéria		
14h00	Show Interactivo	Show Interactivo	Show Interactivo	Show Interactivo	Show Interactivo		
14h30	Show Interactivo	Show Interactivo	Show Interactivo	Show Interactivo	Show Interactivo		

## ANEXO V

Categorização e excertos das entrevistas realizadas aos comunicadores da RVQ- Diretor da ONG AD, dinamizadora da RVQ e os moradores de bairro de Quelélé alfabetizados e não alfabetizados: homens, mulheres e jovens

Categorização	Perguntas	Excerto de entrevistas	Pessoas entrevistadas	Total de entrevistados
Apoio que permitiram suprir intervalos nas horas de emissão da RVQ	A RVQ emitia em dois períodos com intervalos entre as 13h e as 15 e 30. Para suprir estes intervalos, a rádio obteve algum apoio do governo, da AD ou de organismos internacionais?	<p>1. <i>“As mudanças operadas nas horas de emissão da RVQ, foram em parte, graças ao fornecimento de luz elétrica pela ONG AD, apoio logístico de algumas organizações internacionais e dos jovens que trabalham em regime de voluntariado”.</i></p> <p>2. <i>“ Se não fossem os apoios das ONG AD, INFORMORAC, de algumas publicidades ou de apoios pontuais da UNICEF a RVQ funcionaria com dificuldades.” .</i></p>	Comunicadores da RVQ	2
Programação da RVQ eleita pela comunidade de Quelélé	Dos conteúdos da “RVQ”, quais é que interessam mais a comunidade?	<p>1.<i>[Dos conteúdos da RVQ que interessam mais a comunidade são] “Saúde para todos, educação, desporto, chow interativo, “Nô Cunsi Nô Diritu”, espécie de um consultório jurídico em apoio e orientação á comunidade para a resolução dos seus diferendos por via legal”(...).”</i></p>		

		<p>2. “ <i>Bom dia Quelélé, Show Interativo de segunda a sexta em rubricas que abordam aspetos sobre o perfil e a data do nascimento dos ouvintes</i>(</p>	
<p>Papel da RVQ na prevenção da cólera em 1994</p>	<p>Em 1994 registou-se em Bissau a epidemia de cólera que vitimou mortalmente centenas de pessoas com exceção do bairro de Quelélé. Qual foi o desempenho da RVQ durante esse período?</p>	<p>1. <i>[O desempenho da RVQ no combate a cólera em 1994 ficou marcada com] “a intensificação de campanhas de sensibilização com a participação de técnicos da saúde e da própria comunidade (...).”</i></p> <p>2. <i>”A introdução de programas de sensibilização sobre a prevenção da cólera na grelha da rádio tornou-se um fator decisivo (...).”</i></p>	
<p>Notória a aceitação da rádio pela comunidade</p>	<p>Será que o papel desempenhado pela rádio durante a epidemia da cólera contribui para reforçar a sua aceitação pela comunidade?</p>	<p>1. <i>[O papel desempenhado pela RVQ durante a epidemia da cólera em 1994 foi um marco para a rádio porque] “á comunidade passou a ver a rádio como sendo sua”.</i></p> <p>2. <i>[O reforço da aceitação da rádio pela comunidade] ”motivou a ONG AD criar outras rádios comunitárias nas suas zonas intervenção”.</i></p>	

<p>Intervenção da RVQ na vida da comunidade de bairro de Quelélé</p>	<p>Como é que os comunicadores da RVQ conseguem sensibilizar os moradores de bairro de Quelélé a se organizarem para realizar atividades em prol do bairro?</p> <p>1. <i>[Nós os comunicadores conseguimos sensibilizar os moradores de bairro de Quelélé a se organizarem] através da divulgação de atividades promovidas pela comunidade, a RVQ é facilitadora e promotora das iniciativas locais, divulga os propósitos dos grupos, motivando o surgimento de outros grupos em organizar e promover limpeza no bairro(...)."</i></p> <p>2. <i>"Uma das formas de manter a comunidade colado a rádio é envolver a própria comunidade nos programas e na gestão da rádio. Realizamos sempre que é possível um estudo prévio da audiometria com objetivo ter o "fidbeck" da comunidade, em relação aos programas. [Por exemplo] Rádio em Férias, é o fruto da auscultação á comunidade, onde são abordadas questões ligadas a cultura geral, saúde, jogos e animação com a participação de vários artistas".</i></p>		
--	--	--	--

<p>Papel RVQ na organização da comunidade de Quelélé</p>	<p>Antes da abertura da rádio a comunidade de Quelélé era mais organizada ou não?</p> <p>1. “Antes da intervenção da ONG AD [dinizadora da RVQ] a desorganização era total. A equipa de jovens treinava uma vez a outra, mas com o surgimento da rádio a AD colocou em marcha a sua política de criação de club de jovens, organização de competições desportivas, culturais e a implementação da política de microcrédito para promoção de atividades económicas. A RVQ entra como patrocinadora para divulgação dessas atividades”.</p> <p>2. “A comunidade de Quelélé não estava organizada, tal como agora porque a informação era escasso. As informações com os megafones não eram suficientes para atingir toda a zona do bairro”.</p>		
--	---	--	--

<p>Contribuição dos moradores de <i>Quelélé</i> para o seu desenvolvimento</p>	<p>Na vossa opinião qual deveria ser a contribuição dos moradores para o desenvolvimento da comunidade?</p> <p>1. “[A contribuição dos moradores para o desenvolvimento da comunidade de <i>Quelélé</i>] “é postar na formação para melhor participar; porque a escola é fonte de saída dos problemas de subdesenvolvimento. Bairro de <i>Quelélé</i> dispõe de um Centro de Formação, a aderência de jovens para qualificação profissional é pouca. Neste âmbito que Associação de moradores tem sensibilizado na rádio a participação de jovens nas organizações para alterar a tendência”</p> <p>2. “Deve ser uma contribuição (...) moral, material e financeira”</p>		
<p>Reação da comunidade sem a emissão <i>RVQ</i></p>	<p>Como seria a reação dos moradores de bairro de <i>Quelélé</i> caso a rádio deixasse de emitir?</p> <p>1. [A reação dos moradores de <i>Quelélé</i> caso a rádio deixasse de emitir vou te dar um exemplo] “ouve uma tentativa de fechar a rádio, pelo então governo exigindo alguns documentos mal anunciamos o fecho para breve da rádio devido as exigências do governo surpreendentemente, a rádio foi invadida por uma multidão em solidariedade”.</p>		

		<p>2. <i>“Deve ser uma reação de desespero porque mesmo com um problema técnico, os moradores interpelam os comunicadores para se inteirar da situação e disponibilizam-se em ajudar ultrapassa-lo”.</i></p>	
<p>Razões para instalação da rádio no bairro de <i>Quelélé</i> pela AD</p>	<p>Porque é que a AD decidiu começar com a instalação rádio em 1994 e não a da televisão comunitária?</p>	<p>1. <i>“Decidimos começar com a rádio, que na altura era mais um elo de ligação entre os moradores e as outras comunidades residentes tendo em conta as facilidades da rádio, menos custoso não é preciso energia para funcionar diferente da televisão(...)”.</i></p>	1
<p>Reação do governo com a criação RVQ em 1994</p>	<p>Qual foi a reação do poder político na altura da criação da rádio em 1994?</p>	<p>2. <i>[ A reação do poder político com a criação da RVQ em 1994]” foi uma reação da força do poder . No início da criação da rádio em 1994, nem de política falávamos porque o objetivo era alertar a comunidade sobre seus problemas e como resolvê-los, mas mesmo assim, o governo na altura acabou por ordenar o encerramento da rádio durante 3 meses”.</i></p>	<p>Director da ONG AD</p>



Motivos para reabertura da rádio em 1994 pela ONG AD

Como é que a AD consegue pôr a rádio no ar de novo em revelia á decisão do governo em 1994?

3. “A AD consegue unilateralmente reabrir a rádio [porque] em 1994 infelizmente apareceu pela primeira vez a epidemia de cólera em Bissau, e havia perdas de vidas humanas a nível nacional e sobretudo em Bissau, e estavam a circular coisas mais incríveis que se possam imaginar. Diziam que a melhor maneira de travar a cólera era beber aguardente (...).”

A AD e a RVQ no combate a desinformação sobre a cólera em 1994

Como é que AD através da rádio consegue mudar o rumo da desinformação que circulava no combate a cólera em 1994?

4. [A AD através da rádio consegue mudar o rumo da desinformação no combate a cólera em 1994 por ter convidado] “pela primeira vez, um médico para falar sobre a cólera na rádio, com linguagem muito simples. Dizia-se que durante esse tempo, ninguém devia comer sem lavar as mãos, que ninguém devia comer numa cabaça única, cada um com a sua, porque senão ia haver contágio. Isto é mais direto e as pessoas percebem melhor isso do que, dizer a cólera é o produto da falta de higiene (...)”

<p><i>RVQ</i> um elemento chave na vida comunidade de <i>Quelélé</i></p>	<p>Até que ponto a “<i>RVQ</i>” se constitui como um elemento chave na construção da cidadania?</p>	<p>5.[<i>A RVQ constitui um elemento chave na construção da cidadania] Porque a comunidade sente que a rádio é um instrumento que lhe ajuda a libertar-se, e permite aos outros conhecer os seus problemas e prioridades(...)</i>”.</p>
<p>Importância da <i>RVQ</i> no despertar da consciência cívica</p>	<p>Considerando a importância e facilidades da rádio, quais serão os desenvolvimentos possíveis para a rádio e a comunidade em particular, quando presente na construção da cidadania?</p>	<p>6. [ <i>A importância e facilidades da rádio na construção da cidadania é que ] “a rádio ajuda alertar as pessoas sobre os seus direitos e deveres. Se amanhã as pessoas, vão ao hospital e não conseguem ser tratadas elas têm o direito de reclamar e exigir o seu cumprimento. O acesso a cidadania significa possibilidade de as pessoas poderem contestar situações que os estrangulam no dia dia”.</i></p>
<p>Rádio comunitária na promoção da cultura</p>	<p>Qual é o papel da rádio comunitária na promoção da cultura?</p>	<p>7. <i>A rádio tem um papel importante em relação aos aspetos socio culturais. Na área de saúde há pessoas que acreditam mais nos “curandeiros” do que no hospital, (...) a rádios intervêm explicando coisas sem dizer, não vão ao “curandeiro (...)</i>”.</p>

<p>RVQ no resgate e diversidade de valores culturais</p>	<p>Quais são as estratégias que permitiram viabilizar a experiência da “RVQ” na valorização da cultura?</p>	<p>8. <i>[As estratégias que permitiram viabilizar a experiência da RVQ na valorização da cultura] “ é a diferença entre cultura urbana e cultura rural. Na cultura rural nós vamos encontrar aquilo que é a tradição (...).s. Enquanto nas zonas urbanas cada vez fala menos dialetos ou línguas nacionais étnicas só crioulo (...).”</i></p>	
<p>Papel da RVQ na construção da cidadania</p>	<p>A RVQ é um meio importante na construção da cidadania?</p>	<p>1. <i>[A RVQ é um meio importante na construção da cidadania] ”sem a rádio não podemos informar para melhor participa (...).” {por isso} não devemos aprender só com o livro”.</i></p> <p>2. <i>“No caso da Guiné-Bissau ainda com graves problemas de luz elétrica a rádio ajuda-nos a sair de isolamento”.</i></p> <p>3. <i>“ Sem a comunicação e a informação não se pode falar da cidadania. As rádios comunitárias devem ser instaladas em todos os bairros (...).”.</i></p> <p>4. <i>“Na verdade a rádio pode servir se de fato se de fato as mentalidades das pessoas estão viradas para construção de uma Nação (...).”.</i></p> <p>5. <i>“A rádio é importante, porque permite-nos acompanhar as informações do bairro do país e do mundo”.</i></p>	<p>Moradores de bairro de Quelélé</p>

	<p>6“ A RVQ é um instrumento orientador e sensibilizador porque publicitou uma escola que me ajudou na minha formação”.</p> <p>7“A RVQ é importante na medida em que os comunicadores partilham as suas experiências com a comunidade nos programas interativos”.</p> <p>8. “A RVQ é importante [porque] hoje em dia diminuiu o sacrifício dos moradores (...).”</p> <p>9. “A RVQ é importante porque cada tribo tem o seu espaço para difundir a sua cultura e língua(...)”.</p>		
<p>Papel da RVQ no exercício da cidadania</p>	<p>Como é que a RVQ pode ajudar a exercer a cidadania?</p> <p>1. “A RVQ tem o programa “Nô Kungsi Nô Diritu” que nos permite conhecer formas de acesso a justiça (...)”.</p> <p>2. “A RVQ, ajudou-nos a saber estar dentro e fora da comunidade(...)”.</p> <p>3. “ A rádio informa-nos para podermos distinguir os nossos direitos e deveres (...)”.</p> <p>4. “Quando a rádio anuncia qualquer atividade no bairro participamos contribuindo para o desenvolvimento da comunidade (...)”.</p>		

	<p>5.”RVQ realiza emissões públicas onde são debatidos assuntos como justiça, sida, cólera, ambiente que facilitam a recolha de contribuições da comunidade para o seu desenvolvimento” ,</p> <p>6. “(...) A RVQ. difunde informações que nos permitem participa com ideias para o desenvolvimento do bairro”.</p> <p>7.“Acesso a educação e a saúde é um bem [adquirido]). A rádio mostra-nos caminhos á percorrer para satisfação das nossas exigências (...)”.</p> <p>8. “A RVQ sensibiliza á comunidade a tomar iniciativas de desenvolver varias ações no bairro (...) a delinquência juvenil, os(...) sem aguardar , pelo governo.”</p> <p>9. Recorremos a rádio para recordar comunidade sobre data de campanha de vacinação de crianças em parceria com o centro da saúde de bairro”.</p>		
<p>Papel da rádio no desenvolvimento comunitário</p>	<p>Na tua opinião, como é que a RVQ pode ajudar a desenvolver a tua comunidade?</p> <p>1. “A RVQ pode ajudar com programas específicos no domínio social, cultural e económico (...)”.</p> <p>2.”A RVQ pode ajudar os moradores se houver informações verídicas (...)”.</p>		

3. “ *Divulgar as informações de atividades desenvolvidas a nível do bairro, exemplos da campanha de vacinação, registo gratuito de crianças (...)*”.

4. “*Os comunicadores devem reforçar mais na procura de informação a nível de bairro para atingir moral (...)*”.

5. “*A RVQ pode ajudar os moradores, denunciando atos que não [abonam] para o bom nome do bairro..Caso de extração de área no interior de bairro, construção de latrina lado a lado com os poços, abertura de valetas sem previa autorização das autoridades (...)*”.

6. “*A RVQ pode ajudar se os comunicadores tomassem em conta as opiniões da comunidade. Há programas que não interessam a comunidade*”.

7. “*A rádio pode ajudar se produzia os programas de apoio as mulheres nos seus negócios*”.

“ *Penso que o apoio da RVQ á comunidade passa necessariamente por uma consulta previa á comunidade antes da mudança na grelha de programação(...)*.”

	<p>9. “A RVQ desde a sua criação em 1994, tem apoiado a comunidade mas não é de mais reforçar sensibilização nos programas sobre saúde, educação (...). São programas que ajudam á comunidade a desenvolver saudavelmente.”</p>		
<p>Socialização e integração de moradores na produção de conteúdos</p>	<p>Pensa que seria benéfico para á comunidade e para a rádio se os moradores pudessem participar na produção dos conteúdos?</p> <p>1. [A participação da comunidade na produção de conteúdo]” é um imperativo porque existem programas (...) que não interessam a comunidade(...)”</p> <p>2. “A comunidade é que sabe o que deseja ouvir na rádio(...)”.</p> <p>3. “Sem a comunidade não vala a pena existência da rádio e sem a rádio não há desenvolvimento da comunidades (...)”</p> <p>4. Nos aspetos da sensibilização é mais fácil usar a rádio com participação da comunidade.</p> <p>5. A comunidade através da rádio conseguiu combater praticas de extração da área no interior de bairro, construção de latrinas lado á lado com os poços da água.</p>		

	<p>6. <i>“Seria mais rentável envolver os ouvintes na produção dos conteúdos, permitindo a mudança de mentalidade, há músicas que não ajudam á sociedade”.</i></p> <p>7. <i>“A participação dos moradores nos programas sobre saúde , mercado deve ser permanente(...)”</i></p> <p>8. <i>[A comunidade] “tinha um programa [denominado]” comunicação para a prevenção”, mas foi suspenso por falta de meios.”</i></p> <p>9. <i>“A contribuição da rádio pode estar mais facilitada com o envolvimento da comunidade”.</i></p>	
--	---	--

## ANEXO VI

**Figura 1: Instalação da RVQ**





**Figura 2: Parte Lateral da RVQ**



**Figura 3: Antena da RVQ**



**Figura 4: Estúdio de RVQ em 1994**



**Figura 5: Estúdio de RVQ Actualmente**



**Figura 6: Parte de Estúdio de RVQ Atuamente**



**Figura 7: Gerador da RCB**



**Figura 8: “Djumbai” Autora com Presidente da Assoc. de MBQ**



**Figura 9: Instalação de RCB**



**Figura 10: Estúdio da RCB Atualmente**



# MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE



## INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome  
Morada  
Telefone  
Telemovel  
  
Correio electrónico  
Nacionalidade  
Data de nascimento

Camará , Fátima, Tchumá

**Rua Barbosa Du Bocage nº 16 2º- B, 26-25644, Via longa**

**+(00351) 961704188**

[fatimatchuma1@yahoo.com.br](mailto:fatimatchuma1@yahoo.com.br)/[fatimatchuma1@hotmail.com.br](mailto:fatimatchuma1@hotmail.com.br)

Guineense

06/09/1977

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Datas (de-até)
- Nome e Endereço do Empregador  
Sector
- Nome e Endereço do Empregador  
Posição
  - Responsabilidades
  - Datas (de-até)
- Nome e Endereço do Empregador  
Sector
- Nome e Endereço do Empregador
  - Datas (de-até)Nome e Endereço do Empregador  
Sector  
Posição
- Datas (de-até)
- Nome e Endereço do Empregador  
Sector  
  
Posição

[ 01/07/2001]

Repórter da Radiodifusão Nacional (RDN)

Comunicação Social

**RDN- Radiodifusão Nacional, Av. Domingos Ramos nº**

Repórter

**Chefe de Turno da noite**

[ 2009-2011 ]

**Voz da Alemanha (Deutsche Welle) - Bona**

Comunicação Internacional

Repórter Freelancer

[ 2009 ]

**Voz da Alemanha (Deutsche Welle) - Bona**

Comunicação Social

Estagiaria na Redação Portuguesa da Deutsche Welle "Rádio Voz de Alemanha"- Bona

[ 2008-2011 ]

**TPA Internacional - Luanda**

Comunicação Internacional

Repórter Freelancer

## FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

- Nome e tipo da organização de ensino ou formação  
Datas (de – até)
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação  
Datas (de – até)

**Pós-Graduada em Comunicação Cultura e Tecnologias de Informação pelo ISCTE**

**[2011-2012]**

**Licenciatura em Comunicação Organizacional pela Universidade Lusófona da Guiné**

**[2005-2009]**

**2013: Certificado de Competências Pedagógicas (CCP) pela empresa Mestre Formação e Consultoria, Lda**

**2011:** Formation sur l'application des logiciels- Chine  
**2010:** Conferência Internacional Infante Juvenil "vamos cuidar do Planeta-Brasil  
**2010:** Participated in the International Higher Education Workshop- Chipre de Norte/Turquia  
**2008:** Formação sobre Jornalismo Ambiental- Bona/Alemanha  
**2008:** Atelier de Formation Sur les Fondamentaux du Journalisme-Gambia (União de Jornalistas da Africa Ocidental-UJAO)  
**2007:** Conferência da juventude africana- Tripoli/Libia  
**2006:** Seminário sobre sida organizado pela OMS- Lisboa/Portugal  
**2006/2010:** Participei em vários seminários de jornalistas sobre a preservação do meio ambiente e gestão da água a nível sub-regional: Acra, Bamako, Dakar, Niger e Ouagadougou  
**2006:** Membro da Rede de Jornalistas Ambientalistas da Africa Ocidental  
**2005:** Seminário sobre media e gestão de conflitos-Banjul/Gambia  
**2004:** Participei no II Encontro da Guineaspora "Guineenses em Reencontro, Rumo ao Desenvolvimento-Bissau  
**2000:** Curso de formação em Gestão do ciclo do projeto promovido pela ONG Radda Barnen-Bissau

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS  
PESSOAIS**

PRIMEIRA LÍNGUA  
OUTRAS LÍNGUAS

**PORTUGUÊS**

**Crioulo**  
**Francês**, nível médio  
**Inglês**, nível básico

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS  
SOCIAIS**

Produção de programas de área social. **(2006)** Diploma de mérito em prol da promoção de saúde- Governo/OMS  
**(2005)** Diploma de mérito/Direção da Radiodifusão Nacional

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE  
ORGANIZAÇÃO**

Primeira Secretária de Rede de Jornalistas da União Económico da Africa Ocidental **(2007)**

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS  
TÉCNICAS**

Conhecimento de Microsoft Office na óptica de utilizador

**ACTIVIDADE EXTRA-CURRICULAR**

Produção de programas infantis e sobre o meio ambiente.

**REFERÊNCIAS**